

JUSTIÇA & CONSERVAÇÃO

POLÍTICA • TURISMO • MEIO AMBIENTE • CIDADANIA • CULTURA

Ano 1 • #2 • Fevereiro 2020 • www.justicaeco.com.br • Distribuição Gratuita

PROJETO DE LEI PODE RASGAR PARQUE DO IGUAÇU AO MEIO

O projeto de lei (7.123/2010) propõe uma nova categoria de Unidade de Conservação: Estrada-Parque. Se isso for aprovado, facilitará a construção de rodovias em meio de outros parques e unidades de conservação brasileiras, dificultando a preservação do meio ambiente em todo o país. A abertura da estrada deve fazer com que

o Parque Nacional do Iguaçu seja rasgado ao meio, afetando a paisagem natural e a biodiversidade da região. A abertura da estrada deve fazer com que

a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) retire do Parque o título de Patrimônio Natural da Humanidade, concedido em 1986. p. 9



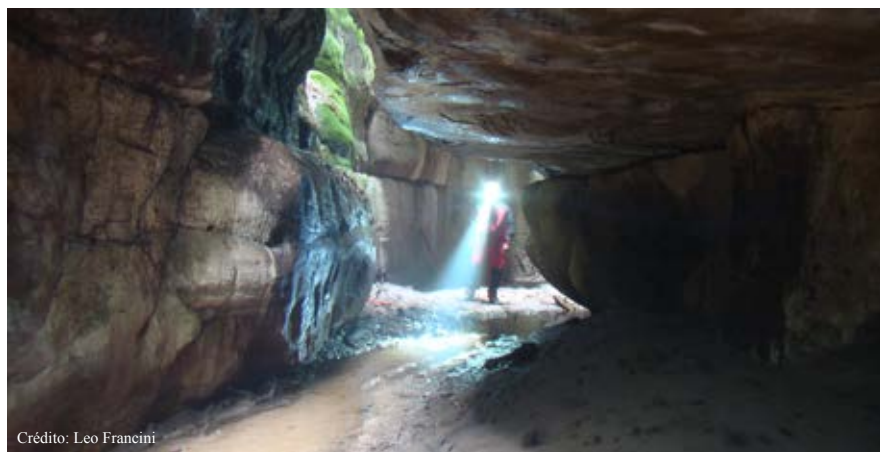
O Impacto de um Porto

A construção de um complexo portuário afeta para sempre o meio ambiente e a vida da sociedade da região em que é instalado. Entenda como isso pode afetar o litoral do Paraná. p. 16



Paraná em chamas

Em agosto de 1963, o Paraná foi tomado por um grande incêndio. Pelo menos 110 pessoas morreram. Os incêndios atingiram 128 cidades do Paraná e destruíram nada menos que 10% do território paranaense. p. 28



Projeto de multinacional pode desfigurar a região dos Campos Gerais do Paraná

Os estudos de impacto ambiental das linhas de transmissão da empresa Engie, que serão instaladas na região da Escarpa Devoniana, são inconsistentes, afirma pesquisador. p. 6



Estudo de borboletas em Curitiba surpreende pela variedade de espécies p. 24

Restinga em perigo

Medida do governo estadual coloca em risco restingas do litoral. p. 3

Fundo ambiental

Lei aprovada por deputados altera função do Fundo do Meio Ambiente. p. 22

ICMS Ecológico

Governo do Paraná usa dados falsos para repassar verbas do ICMS Ecológico. p. 20

Febre Amarela

Paraná está em estado de alerta para casos de febre amarela. p. 26

OPINIÃO

Estrada da morte

A abertura de uma rodovia no meio do Parque Nacional do Iguaçu apresenta inconsistência jurídica e atende a interesses eleitoreiros. p. 13

Faixa da Infraestrutura

Governo do Paraná tenta dar ares democráticos à destruição da Mata Atlântica no litoral do Estado. p. 5

EDITORIAL

As recentes tempestades em Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina têm sido vistas como o “**novo normal**” da era das emergências climáticas. Do outro lado do planeta, relatórios divulgados pelo próprio governo australiano confirmaram que 2019 foi o **mais seco e quente ano da história daquele país**. Cientistas comprovaram que o índice médio de chuvas está 36% menor na região. Aliás, as nuvens de cinzas do incêndio australiano atravessaram o mundo e chegaram até o Rio Grande do Sul. E pensar que havia gente refutando a possibilidade de que a fumaça das queimadas da Amazônia chegaram a São Paulo...

Nesta edição veremos vários exemplos de outros “**negacionismos**” regionais que vão além da problemática do clima, como a negação da participação popular nas decisões de governo em assuntos que tratam da **farsa da “Faixa de Infraestrutura” e do plano do governador do Paraná, Ratinho Jr. de dar andamento às negociatas de Beto Richa**. Como o pacote de maldades do governo não para por aí, precisamos contar tudo aquilo que eles não querem dizer.

Um desses exemplos é a tentativa de políticos oportunistas, que querem abrir uma **nova estrada em meio ao Parque Nacional do Iguaçu, que reúne uma das mais importantes áreas de Mata Atlântica ainda preservada do Brasil, e o último refúgio de onça-pintada do país**. Eles a veem como uma plataforma eleitoral perfeita para emplacar seus candidatos a vereadores e prefeitos na região oeste do Paraná.

Como o mal nunca vem sozinho, trazemos nessa edição também três bombas que estão sob investigação: a **farsa do ICMS Ecológico**, em que o governo estadual quer favorecer ilegalmente municípios que não têm direito ao recurso, e o **decreto ilegal do corte da Restinga no litoral paranaense**. Numa matéria que trata de uma **nova ameaça à APA da Escarpa Devoniana**, trazemos o caso da **empresa francesa que pretende acabar com a beleza dos Campos Gerais**, com torres de alta tensão de 60 metros de altura.

Também abordaremos os impactos que a construção de um porto causa aos meios ambientais e sociais, afetando toda comunidade ao redor. Além disso, destacamos um ensaio fotográfico sobre as borboletas que embelezam o céu paranaense.

Caro leitor, nosso **objetivo é resguardar o seu direito de acesso à informação, de transparência pública e exercício da cidadania**. Convidamos a todos que **contribuam com esta iniciativa inédita e voluntária e agradecemos** aos nossos doadores, que vêm tornando esse árduo trabalho possível.

Para finalizar, gostaríamos de fazer uma advertência aos corruptos, corruptores e políticos desonestos que extrapolam suas prerrogativas de mandato: todas as agressões e outros ilícitos perpetrados contra este jornal ou seus membros serão rebatidos na Justiça, **com todos os efeitos e custos típicos dessas causas cíveis e penais**.

SUA DENÚNCIA PODE VIRAR REPORTAGEM!

Teve conhecimento de alguma prática suspeita ou ilegal contra a natureza? Entre em contato com a gente por meio das nossas redes sociais ou pelo e-mail:

justicaeconservacao@gmail.com

Sua denúncia pode virar reportagem e ser encaminhada aos órgãos responsáveis. Fique atento, denuncie!



@justicaeco



@ojc_pr



@justicaeco



@justicaeco



Quer apoiar este jornal e nossos trabalhos?

Conheça o Programa de Associados do OJC!

Seu apoio financeiro pode nos ajudar a manter este jornal e trabalhar ainda mais em defesa da natureza, do bem comum e contra práticas ilícitas e corruptas na área ambiental. Nossas ações são conduzidas de modo independente, sem fins lucrativos, pela e para a sociedade civil, portanto, seu apoio é importante!

São várias possibilidades de valores para contribuir mensalmente conforme suas possibilidades. Doando a partir de R\$ 20,00 já é possível ajudar! O apoio pode ser feito via Benfeitoria, um portal de financiamento coletivo. Por meio da parceria, garantimos a máxima transparência no uso dos recursos doados.

Acesse benfeitoria.com/ojc! Para cada meta alcançada, os apoiadores recebem recompensas e gratificações. **Vamos juntos?**



EXPEDIENTE

Jornal Justiça & Conservação

Número 2 – Ano 1 Fevereiro 2020

Tiragem: 10 mil exemplares

Iniciativa do Observatório de Justiça e Conservação

Telefone: (41) 3528-4847 www.justicaeco.com.br

justicaeconservacao@gmail.com

Corte ilegal de Restinga no litoral do Paraná rende polêmica

Restingas são consideradas Áreas de Preservação Permanente e protegidas por Lei. O corte dessa vegetação, sem laudos técnicos e bem fundamentados, configura crime ambiental

Contradições, falta de embasamento técnico, declarações irresponsáveis de agentes públicos e interesses ainda obscuros são elementos que compõem o enredo da história por trás do decreto 3812/2020, publicado pelo Governo do Paraná dia 8 de janeiro, que autorizou o corte da Restinga no litoral do Estado, nos municípios de Matinhos e Guaratuba.

O Ministério Público e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) se mobilizaram assim que o decreto foi publicado e determinaram a suspensão da poda da vegetação nativa, localizada na orla das praias.

A Restinga faz parte do bioma da Mata Atlântica e passou a ser considerada como Área de Preservação Permanente (APP) pelo novo Código Florestal de 2012. Exatamente por ser uma APP, qualquer intervenção deve ser tratada como um caso de exceção e precisa se sustentar por fundamentação técnica e laudos periciais. Po-

rém, o decreto emitido pelo governador Ratinho Júnior (PSD) não apresenta nenhum respaldo estatístico.

O governo, mesmo assim, declarou “de utilidade pública as áreas urbanas consolidadas na orla marítima dos municípios do litoral paranaense, para fins de intervenção, mediante manejo, da vegetação da Restinga”, e dispensou a autorização de órgão ambiental para a supressão de vegetação de Restinga, no Litoral do Paraná. O texto libera o corte para que se deixe a vegetação com, no máximo, 40 centímetros, mas há indícios relatados por moradores do litoral de que nem isso foi respeitado.

“É um crime ambiental. Foi um decreto bastante mentiroso. Como é uma APP, só pode haver intervenção se for algo muito bem justificado com respaldo técnico e legal. E não foi o que Estado fez. Não há justificativa para que esse decreto exista”, ressalta o diretor-executivo da Associação MarBrasil, Juliano Dobis. A falta de

embasamento técnico e científico para a tomada de decisão foi ressaltada, inclusive, por 28 professores doutores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que assinaram uma nota oficial questionando a prática do governador e do secretário do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Marcio Nunes (PSD).

“Estão faltando critérios técnicos e regulamentação jurídica. Não se pode assinar um decreto desse jeito. Essa determinação não passou por nenhum órgão, nenhum estudo. Não há comprovação científica para esse decreto, que passou por cima de todas as outras instâncias”, disse a professora do Departamento de Botânica da UFPR, Marcia Marques, que também assina a nota.

De acordo com a nota dos pesquisadores, a preservação de áreas verdes e sua integração com o ambiente torna uma região mais saudável, evitando a incidência de doenças e também impedindo que o mar e a areia avancem e invadam empreendimentos localizados à beira-mar.

A irresponsabilidade da ação do governo foi tamanha, que, para justificar o corte, o secretário Marcio Nunes chegou a defender, em mais de uma entrevista que deu à imprensa, que a Restinga estava facilitando o crescimento de doenças transmitidas por mosquitos, como dengue, febre amarela, zika ou chikungunya e facilitando assaltos ou violências contra a população. Não apresentou, no entanto, sequer uma pesquisa ou laudo técnico que comprovasse, ou ao menos indicasse, a relação, atribuindo à vegetação a responsabilidade para sérias falhas estatais relacionadas aos temas da saúde ou segurança pública, por exemplo. “Os dados de segurança não trazem nada de específico sobre isso. Estamos estarecidos com as mentiras do governo”, ressalta o professor do Departamento de Geografia da UFPR, Eduardo Vedor.

Os técnicos também rebateram na nota o fato de não haver qualquer prova de



Crédito: Robson Villalba



Fotos que circulam pelas redes sociais denunciando o corte da Restinga no litoral do Paraná. Crédito: Divulgação

que haja espécies exóticas na região que pudessem justificar o corte da Restinga, outra defesa apresentada pelo governo. Além disso, vale lembrar que as restingas são propriedades da União e o decreto deveria passar por anuência da Secretaria de Patrimônio da União, que também não foi ouvida.

CONTRADIÇÃO

A contradição do governo remete a dezembro de 2019. No site do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) foi publicada no dia 10 uma reportagem sobre a “reurbanização completa do Litoral”. O texto afirma que seria implantando um projeto de paisagismo que contemplaria “pistas de caminhada, ciclovias e áreas de Restinga”. No entanto, um mês depois, Ratinho Júnior determina a poda da vegetação mencionada no compromisso. A reportagem da época também aborda que seriam realizadas ações para a contenção de ressacas (avanço do mar), um serviço ecossistêmico garantido pela Restinga conservada. A vegetação é de fundamental importância para evitar ressacas e também erosões do solo. “Sem as restingas, a primeira ressaca que vier pode derrubar tudo”, comenta a professora Marcia Marques. Além disso, existem muitas espécies de flora e fauna que só se desenvolvem nesse ecossistema. “As restingas são responsáveis por importantes ações ecológicas com benefícios direto à sociedade, como controle de inundações, estabilização de sedimentos, etc”, explica o pesquisador Eduardo Vedor.

Parte da população e da argumentação do secretário Marcio Nunes tam-

bém apontou que a Restinga atingiu uma altura que traria problemas aos moradores devido ao acúmulo de lixo. “Primeiramente, jogar lixo em Restinga é crime. É necessário o governo, em vez de podar, realizar ações de conscientização ambiental e voltadas para retirar o lixo jogado de forma irregular na Restinga, com campanhas de coleta”, ressalta Vedor.

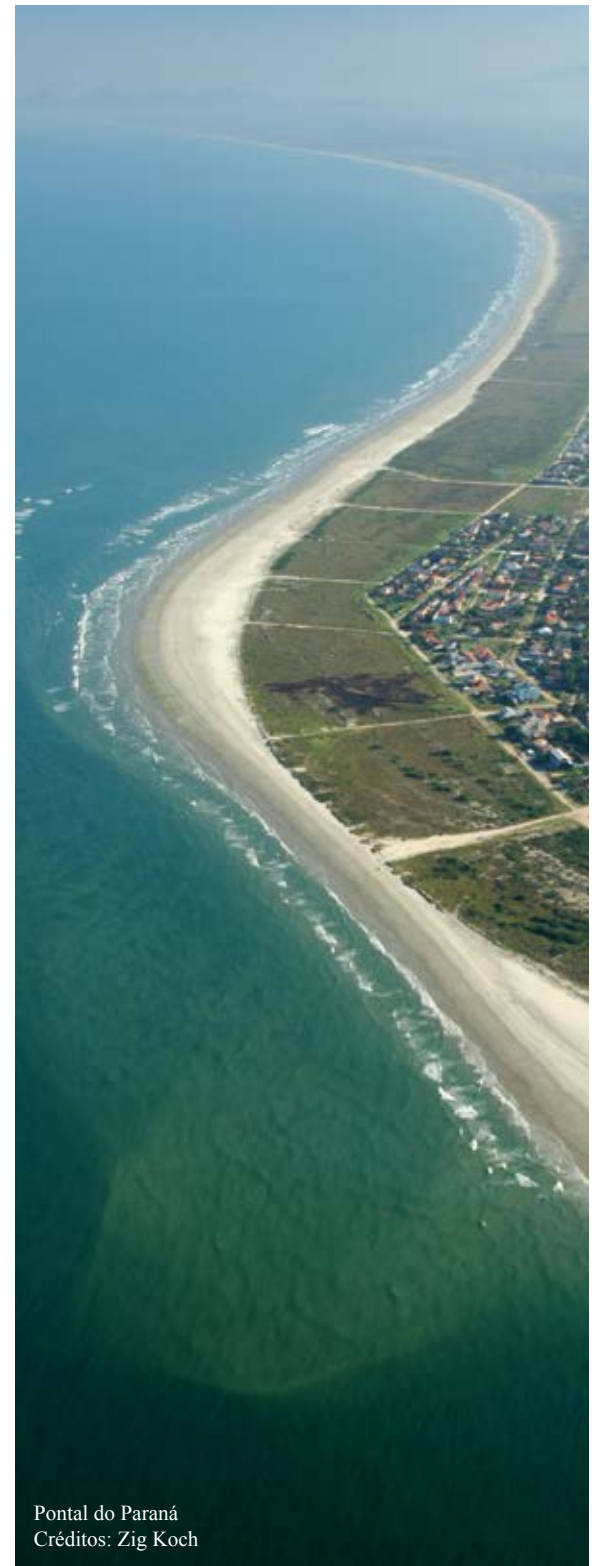
Após a determinação do Ministério Público, que exigiu que o corte fosse interrompido em Matinhos e Guaratuba, a proibição de supressão segue por tempo indeterminado.

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

As regiões de Restinga situam-se em locais de alto interesse comercial. Essa especulação causa sério danos ao meio ambiente. Em janeiro, inclusive, circulou um vídeo em que o secretário Márcio Nunes aparece falando: “Estamos em Guaratuba, na beira-mar (vira a câmera e mostra uma residência). Infelizmente, a casa não é mais beira-mar. É “beira-mato”. Vamos endireitar isso”.

Esse fato gera questionamentos a existência de interesses por trás do governo em querer agradar parte da população que tem casas no litoral, especialmente, em frente ao mar. Sem as restingas, há possibilidade de que novas construções ou obras sejam realizadas no litoral do Estado.

Um artigo publicado pela Revista Técnico-Científica do CREA-PR aponta que “as áreas de Restinga sofrem degradação antrópica constante (...) pelo paisagismo artificial e expansão imobiliária”. O texto é de 2018 e é assinado, entre outros, pelos professores e engenheiros César Aparecido da Silva e Fernando Armani.



Pontal do Paraná
Créditos: Zig Koch

#SALVE A ILHA DO MEL

**QUER VESTIR
ESSA CAUSA?**

Pontos de venda no litoral do Paraná:

- Ilha do Mel (Brasília)
- Pousada e Gastronomia Bee House
- Pousada Telhado da Ilha
- Pousadinha
- Pousada das Meninas
- Pousada das Gêmeas
- Pousada Treze Luas
- Ilha do Mel (Encantadas)
- Pousada Fim da Trilha
- Pontal do Sul
- Folks

A “Farsa da Infraestrutura” no Litoral

Governo do Paraná tenta dar ares democráticos à destruição da Mata Atlântica no litoral do Estado. Ato pode favorecer empresa privada. Soluções alternativas de desenvolvimento para a região foram desprezadas



Primeira reunião com o Governo do Paraná, quando uma proposta alternativa de desenvolvimento foi oferecida para o litoral.
Crédito: Bruno Santos

Se você é eleitor paranaense, precisa conhecer esta história. Em 2015, um projeto pago por um rico empresário foi entregue ao ex-governador Beto Richa (PSDB) para que ele permitisse a instalação de um porto privado em Pontal do Paraná, no litoral. Para isso, no entanto, seria fundamental rasgar uma importante porção de Mata Atlântica intacta para fazer uma estrada, que levaria até ele. O custo, para construir a chamada “Faixa de Infraestrutura” – o conjunto de obras que atenderia ao porto e inclui a estrada – teria custo estimado na casa dos R\$400 milhões e seria retirado dos cofres públicos, ou seja: dinheiro de todos nós. O lucro ficaria com o dono do porto, uma conhecida figura no círculo de amigos de Beto Richa.

O atual governador Ratinho Júnior (PSD) decidiu dar continuidade ao polêmico projeto de Richa. No último dia 3 de fevereiro, depois de vários encontros nos quais Ministério Público, academia, cientistas e sociedade civil buscaram discutir um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável, o Governo resolveu, arbitrariamente, encerrar o Grupo de Trabalho (GT) que havia criado. Mais de oito meses de estudos técnicos totalmente desprezados.

Para fazer isso de maneira triunfante, o secretário de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Márcio Nunes (PSD) – o mesmo que, dias atrás, postou alguns vídeos nas redes sociais apoiando o corte ilegal da Restinga e chamou o ecossistema protegido por lei de “mato” – resolveu promover uma votação surpresa. A sala foi recheada com simpatizantes do porto privado e supostos empresários de Pontal do Paraná, que vieram convidados pelo secretário. Chegaram com faixas, gritos de protestos e agressividade. Além disso, servidores públicos saíram de seus postos de trabalho para assistir a farsa encena-

da pela “Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo”.

Os integrantes do GT ali presentes foram obrigados a votar “sim” ou “não” para o projeto da estrada proposta pelo porto, que foi entregue para Richa e agora é tocada por Ratinho Júnior. Tudo feito de forma que o processo parecesse democrático.

A “FARSA DA INFRAESTRUTURA”

Há anos, o governo Beto Richa conspira para construir essa estrada e o conjunto de obras previstas pela Faixa de Infraestrutura. Desde que o ex-governador propositalmente cancelou a “operação retorno”, ou “operação mão única” na PR-407, o trânsito na região piorou muito. O atual governador do Paraná, Ratinho Júnior, cuja fidelidade a Richa (seu ex-chefe) era inquestionável, passou a apresentar à população a Faixa como a solução para o desafogamento da PR-412, principal via de acesso a Pontal. Um “cavalo de troia” à Pontal e região, propagandeado pelo Governo. Na verdade, a proposta dessa estrada impõe um traçado planejado para atender, unicamente, ao porto e aos milhares de caminhões que transitariam rumo a ele. As centenas de prejuízos à população e ao meio ambiente que essa proposta traz constam no próprio Estudo e Relatório de Impactos (EIA/RIMA) feito pelo “empreendedor”, sob a “benção” de Richa.

As terras que receberiam a chamada Faixa foram roubadas dos paranaenses entre as décadas de 1940 e 1960. Até mesmo uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre esta questão fundiária ocorreu na gestão de Richa. A CPI contava, inclusive, com a participação de membros do atual governo. A lista de ilegalidades, incoerências jurídicas e licenças obtidas de modo suspeito, já seriam suficientes para qualquer cidadão se revoltar. Mais de 330 mil pessoas já en-

viaram e-mails ao Governo pedindo uma solução mais responsável para o litoral do Estado. Até agora, nenhuma resposta.

O porto seria instalado a poucos metros da Ilha do Mel, uma importante Unidade de Conservação com características únicas no mundo e reconhecida como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, mas que carece de incentivos e investimentos públicos para se tornar um destino mundialmente reconhecido em turismo de natureza. Caso a obra seja viabilizada, a atratividade turística e o título da Unesco serão perdidos, levando consigo a esperança de geração de renda sustentável no local.

Essa empreitada não é apenas causa de “ambientalistas”, mas, sobretudo, uma causa de cidadãos preocupados com a probidade administrativa e com o bom uso do dinheiro público. É possível construir um projeto de desenvolvimento sustentável e inteligente, que gere empregos para a população local sem o caos social e ambiental pretendido pelo atual governo. É por acreditar nisso, que, mesmo após a tentativa do executivo estadual de propagar “fake news” e humilhar as instituições presentes, que continuaremos questionando todas as ilegalidades de um projeto que vai contra o interesse público. Questione você também!

Acesse www.salvailhadomel.com.br



Projeto de multinacional pode desfigurar a região dos Campos Gerais do Paraná

Geógrafo detalha impactos que linhas de transmissão da francesa Engie podem provocar, se instaladas, em cima da Escarpa Devoniana

Se instaladas, novas linhas de transmissão elétrica devem alterar para sempre a paisagem e o meio ambiente na Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana, nos Campos Gerais do Paraná. Também pairam pontos de interrogação sobre como os sítios arqueológicos e cavernas naturais da região serão preservados. As linhas, que devem ser instaladas pela multinacional francesa Engie, cruzariam um total de 25 municípios, em uma extensão de mil quilômetros, passando por mais de duas mil propriedades rurais. As torres teriam mais de 60 metros de altura, dimensões que ainda não existem no Brasil para as estruturas.

Um dos trechos vai de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, até Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba, passando, exatamente, na área da Escarpa Devoniana – uma Unidade de Conservação de uso sustentável (quando a conservação deve conviver em harmonia com atividades produtivas) rica em tesouros arqueológicos, fauna e flora – e que é protegida por lei. A Escarpa Devoniana é chamada dessa forma devido às rochas de sustentação, que possuem idade Devoniana: 400 milhões de anos. O próprio Estudo de Impactos Ambientais elaborado pela Engie aponta 22 pontos de impacto provocados pelo empreendimento, sendo que só quatro são considerados positivos.

Aponte o celular para conferir:



Para ajudar, o processo que debateu o tema em reunião do final do ano passado no Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná (Cepha) feriu o processo democrático de debate, transparência e troca de ideias e informações. Os conselheiros que participaram da reunião sequer souberam com antecedência que, naquele dia, seria votado o projeto das linhas de transmissão. Não houve qualquer informativo ou anúncio anterior sobre o tema.

A imprensa foi impedida de permanecer na sala onde estava sendo feita a reunião. Para piorar, a Engie não apresentou aos membros do conselho qualquer estudo que indicasse alternativas diferentes e menos danosas ao ambiente natural para



Caverna do Zé, localizada na região dos Campos Gerais. As linhas cruzariam 25 municípios, em uma extensão de mil quilômetros. Crédito: Divulgação

instalação do traçado das linhas de transmissão. Os Campos Naturais, ecossistema associado o bioma Mata Atlântica, apesar de em extinção, ainda predominam na região associado a porções de Floresta com Araucária. Ao fim, depois de quatro horas de reunião e repetidos pedidos de integrantes do conselho sobre a necessidade de terem mais tempo para acordarem com um parecer sobre a aprovação ou não do Conselho para o pedido, o secretário da Comunicação e Cultura do Paraná, Hudson José decretou a aprovação por parte do Conselho para a intenção de instalação das linhas de transmissão sob a Escarpa Devoniana. Parte dos membros do grupo revelou-se completamente perdida em relação a decisão final que havia sido tomada após horas de conversas.

Diante deste cenário, o geógrafo e pesquisador Henrique Pontes, integrante do Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas (GUPE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), relata os problemas relacionados ao Estudo de Impactos Ambientais e diz como as linhas de transmissão podem afetar uma área histórica de preservação ambiental e arqueológica.

Justiça e Conservação – A sociedade civil foi ouvida de alguma maneira nesse trâmite das instalações das linhas de transmissão da Engie?

Tive a oportunidade de participar de audiência pública em Ponta Grossa. É

sempre importante destacar que essas audiências são feitas de maneira engessada, pela própria forma de organização. Gasta-se muito tempo com os empreendedores, os relacionados e os interessados ao empreendimento falando. A abertura de debates para a comunidade acaba sendo extremamente escassa. E, ainda, geralmente quando você tem um pouco de tempo para debate com a comunidade, isso não é feito no formato ‘palavra aberta’. São perguntas feitas por escrito e isso acaba deixando a desejar com relação a abertura para a participação popular. Foram realizadas duas audiências públicas na cidade, mas sempre com esses problemas que acabam afetando diretamente a participação civil na discussão.

Justiça e Conservação – Por que essas linhas de transmissão são problemáticas para a Escarpa Devoniana? Bens tombados historicamente correm risco?

Primeiro, é importante deixar claro que esse não é um empreendimento sem nenhum retorno para a sociedade. Ele tem sua importância por ser uma obra de infraestrutura. Em nenhum momento se questiona a importância do empreendimento. Contudo, o que se questiona é o processo de licenciamento: como foram feitos os estudos e o que eles apresentam. Esses estudos, por exemplo, são insuficientes com relação ao patrimônio espeleológico da região (estudos de cavernas e cavidades

subterrâneas), que é um bem natural e cultural da Escarpa Devoniana. Não existem análises detalhadas sobre as cavernas do entorno da área onde vão passar as linhas de transmissão. Isso fragiliza o processo de licenciamento ambiental e abre questionamento sobre a efetiva análise dos impactos que esse empreendimento possa causar. Outro aspecto relacionado ao patrimônio espeleológico é o patrimônio arqueológico. Nós temos muitos sítios com pinturas rupestres, com artefatos líticos, como pontas de flecha e cerâmicas nessa área por onde a linha vai passar na Escarpa Devoniana. Os estudos de licenciamento ambiental também deixam a desejar sobre essa área. Até onde tive acesso aos documentos que estão no antigo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) – atual Instituto Água e Terra (IAT) – ainda faltam muitos estudos relacionados a essa área de conhecimento. Outro aspecto importante é que as linhas vão cortar a área de tombamento da Escarpa Devoniana. Nós sabemos que há alguns anos o Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná (Cepha) foi desestruturado e quem deve avaliar esses empreendimentos na área de tombamento é o próprio Conselho. Isso acaba mostrando outra fragilidade que é da própria estrutura do Estado, que se mostra prejudicial para a avaliação desse empreendimento.



Ponte no Recanto do Rio dos Papagaios. Crédito: Prefeitura de Palmeira

valor de beleza de paisagem, de apreciação da paisagem, muito grande. A partir do momento que você tem um sítio natural, com uma cachoeira, por exemplo, e você implanta uma linha de transmissão que passa próximo desse sítio ou no sítio natural isso pode modificar a dinâmica desse atrativo cênico. Isso também é um ponto a ser avaliado por conta do potencial turístico que a APA da Escarpa Devoniana oferece. Desconheço se o estudo de impacto ambiental avaliou se a linha vai afetar áreas de visitação turística. Isso pode ser um grande problema em relação a esse empreendimento.

Justiça e Conservação – É possível dimensionar o tamanho desse impacto?

A linha gera impacto grande por conta da área ocupada pelo empreendimento, que é linear. Contudo, a instalação em si não é um impacto tão severo. São pontos específicos que serão alterados para a construção das torres. Mas se você tem um estudo impacto ambiental fragilizado, mesmo que o impacto seja pontual, se você não tem uma avaliação correta da área que está sendo implantada o empreendimento pode gerar um impacto grande. Esse é o grande “X” da questão desse empreendimento.

Justiça e Conservação – Quais os bens históricos e naturais que essa região da Escarpa abriga e que merecem maior cuidado?

As cavidades subterrâneas e os sítios arqueológicos. Mas, é claro, também, que nós temos uma variedade de ambientes dentro dessa área que é a APA da Escarpa Devoniana, que constituiu um patrimônio natural cênico, com um

Justiça e Conservação – Como estão os trâmites para que essa instalação seja efetivada?

Por ser um empreendimento muito grande que envolve, pelo menos, duas regiões do Paraná, é provável que será implantada. Agora, a forma como esse assunto vem sendo conduzido é que nós questionamos. Se vai seguir os ritos, se vai escutar mais a sociedade civil organizada ou se vai fazer um “tratoração” e aprovar do jeito que for é o que esperamos saber.

Essa é nossa preocupação diante desse empreendimento. Nós, do GUPE, encaminhamos ao Ministério Público Estadual orientações em relação ao Estudos de Impactos Ambientais, sobre a falta de estudos relacionados à cavidades subterrâneas e patrimônio arqueológico. Nossa preocupação é para que sejam cumpridas etapas legais do empreendimento.

CONHEÇA OS BENS TOMBADOS DAS CIDADES POR ONDE PASSARIAM AS LINHAS DE TRANSMISSÃO

Campo Largo

- Antigo Engenho de Mate da Rondinha

Ponta Grossa

- Antigo Edifício Fórum da Comarca de Ponta Grossa
- Antigo Hospital 26 de Outubro
- Capela Santa Bárbara do Pitanguí
- Colégio Estadual Regente Feijó
- Edifício situado à Praça Marechal Floriano
- Estações de Passageiros da Estrada de Ferro de Ponta Grossa
- Parque Vila Velha, Furnas e Lagoa Dourada
- Vila Hilda

Sítios Arqueológicos

Em referência ao Patrimônio Arqueológico, o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN, demonstra 14 sítios arqueológicos em Campo Largo, 22 em Palmeira e 8 em Ponta Grossa.

Balsa Nova

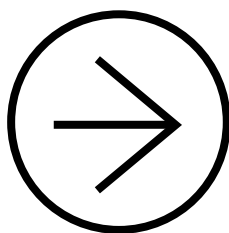
- Capela Nossa Senhora da Conceição
- Iconofósseis Devonianos de São Luiz do Purunã
- Ponte do Rio dos Papagaios

Palmeira

- Prédio da Antiga Coletoria
- Ponte do Rio dos Papagaios
- Solar Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá
- Solar Mandaçaia
- Arquibancada de Madeira no Estádio do Ypiranga *Football Club*
- Capela Nossa Senhora das Pedras ou das Neves
- Casa Sede da Antiga Fazenda Cancela
- Imóvel em Madeira e Alvenaria situado a rua Max Wolff

Teixeira Soares

- Igreja Imaculada Conceição



ENGIE COLECIONA POLÊMICAS NAS ÁREAS AMBIENTAL E FISCAL



A multinacional francesa Engie, vencedora da licitação que pretende instalar linhas de transmissão de energia na região da Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana, coleciona uma lista de polêmicas na área ambiental. Presente no Brasil há mais de 20 anos, a Engie era chamada até 2008 de GDF SUEZ. Responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, a Engie foi indicada em 2010 para o prêmio **'Public Eye Award'**, um reconhecimento **negativo** atribuído todos os anos no Fórum de Davos, na Suíça, à empresa ou organização mais irresponsável social e ambientalmente do mundo.

Na época, **a empresa foi acusada de violar as normas de proteção ambiental e ignorar os direitos humanos das populações indígenas, ameaçadas pela construção de hidrelétricas.** Ainda foi entregue por organizações não-governamentais uma carta à diretoria da empresa na França criticando a corporação pela construção da usina de Jirau. O grupo apontou os sérios impactos e riscos socioambientais associados à construção da hidrelétrica.

Jirau era tido na época como um dos maiores projetos hidrelétricos das Américas e o mais destrutivo entre os empreendimentos da Engie. Entre as violações de direitos humanos cometidas pela Engie, foram apontadas a ausência de consentimento dos povos indígenas e as evidências da presença, próximo ao canteiro de obras, de índios isolados que foram diretamente afetados com a obra. Além disso, a destruição ambiental causada pelas

obras de Jirau afetou a sobrevivência das populações tradicionais e dos povos indígenas na bacia do Rio Madeira, que é compartilhada por Brasil, Bolívia e Peru.

Em 2017, outra polêmica veio à tona. Foi noticiado que, em 2012, a Engie retirou US\$ 1 bilhão de uma usina australiana antes de o imposto sobre o carbono vigorar na Austrália. A empresa francesa transferiu esse montante em dividendos da Austrália às empresas controladoras do Reino Unido. O esquema recebeu o nome de "Projeto Salmão": uma referência à capacidade desse peixe de nadar contra a corrente, exatamente, como esses lucros estavam prestes a fazer.

Detalhes intrincados dessas transações surgiram no "Paradise Papers", um vazamento sem precedentes de 13,4 milhões de documentos para o jornal alemão *Suddeutsche Zeitung* e investigado pela equipe Four Corners da ABC em parceria com o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos.

No ano de 2015, a agência de notícias Reuters divulgou a abertura de uma investigação para apurar possíveis violações das leis anticorrupção dos EUA e do Brasil envolvendo a Eletrobrás, e incluindo a construção da usina de Jirau. Uma comissão investigou possíveis subornos em dois projetos de US\$ 5 bilhões em barragens no rio Madeira, Santo Antônio e Jirau – este de responsabilidade da empresa Engie.

Vale destacar que a Engie no Brasil fechou o terceiro trimestre de 2019 com lucro de R\$ 742,7 milhões.

Escaneie o QRCode e assista "Os últimos Campos Gerais", o documentário que conta o que estava por trás do projeto de lei que buscava mutilar 70% da APA da Escarpa Devoniana.

Estrada pode cortar Parque do Iguaçu e abrir grave precedente

O risco de abertura de uma rodovia em meio ao Parque, que abriga diversas espécies ameaçadas de extinção, coloca o local em série ameaça. Interesses eleitoreiros movem proposta que tramita no Senado



Cataratas do Iguaçu. Crédito foto: Marcos Labanca

A maior área de Mata Atlântica de interior que ainda existe no Brasil pode estar com os dias contados. O Parque Nacional do Iguaçu, com 185 mil hectares, abriga 550 espécies de aves, dezenas de répteis e mais de 120 mamíferos. É o último refúgio da onça-pintada no Sul do país. Toda essa riqueza ambiental corre sério risco. Um projeto de lei, que tramitou na Câmara Federal em 2013 e foi desarquivado pelo senador Álvaro Dias (Podemos) no ano passado, pode reabrir uma estrada em meio a essa importante unidade de conservação mundial e cortar ao meio o Parque, que abriga diversas espécies ameaçadas de extinção.

A abertura da estrada, que ligaria os municípios de Serranópolis e Capanema, abriria um precedente grave e bastante preocupante. O projeto de lei (7.123/2010) propõe que o caminho contemple uma nova categoria de Unidade de Conservação: o de Estrada-Parque. Se isso for aprovado, facilitará a construção de rodovias em meio de outros parques e unidades de conservação brasileiras, dificultando a preservação do meio ambiente em todo o país. A abertura da estrada deve fazer com que a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) retire do Parque o título de Patrimônio Natural da Humanidade, concedido em 1986.

O Parque Nacional do Iguaçu existe como Unidade de Conservação desde

1939. A reabertura do chamado “Caminho do Colono”, criado na década de 1950 e cujo fechamento foi determinado pela Justiça em 1986, também fere a legislação. Isso porque o Superior Tribunal de Justiça (STJ) também decidiu manter a estrada fechada em 2001 e essa decisão permanece válida. Ou seja, já um caso “transitado em julgado”, o que significa que foi julgado em seus últimos recursos e não há mais possibilidade de argumentações e ações contrárias à decisão. “Esse projeto também tem apoio dos prefeitos

da região, que estão querendo agradar parte da população em ano eleitoral. Há um claro interesse político por trás”, resalta Giem Guimarães, diretor-executivo do Observatório de Justiça e Conservação (OJC).

Para a bióloga Angela Kuczach, diretora-executiva na Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação (Rede Pró-UC), mesmo com a decisão judicial estar esgotada desde 2001, “a cada quatro anos esse tema ressurge como se fosse a solução para o progresso na região, o que não é



Estrada do Colono. Crédito: MPP



Jacaré papo amarelo. Crédito: Divulgação Parque das Aves

verdade. Mas é um discurso usado politicamente. Além disso, é importante ressaltar que a estrada, que um dia foi chamada de 'Estrada do Colono' ficaria localizada próxima de uma das regiões mais protegidas do Parque Nacional do Iguaçu. Cortar o Parque ao meio é condenar a natureza e a biodiversidade que estão presentes ali", afirma.

A mesma opinião é compartilhada por Clóvis Borges, diretor-executivo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). "Reabrir a estrada é reviver uma cena que já foi rechaçada pela sociedade paranaense. Não se justifica de modo algum. Isso enfraquece as unidades de conservação brasileiras. Além disso, a criação de um modelo novo, a chamada 'Estrada-Parque', serve, simplesmente, para atender a uma convivência e politicagem da região", sentencia. O Parque do Iguaçu representa 1% do território estadual. "Estão inventando um advento que não existe. A lei não prevê a figura de 'Estrada-Parque'", completa Clóvis.

RISCO DE EXTINÇÃO

Juntos, os parques nacionais do Iguaçu, no Brasil, e do Iguazú, na Argentina, totalizam 600 mil hectares e formam a maior área protegida contínua no centro-sul do continente. Abrigam espécies vulneráveis ou ameaçadas de extinção, como a peroba-rosa, o jacaré-de-papo-amarelo, o puma e a onça-pintada. Em 2010, por exemplo, foram contabilizadas apenas 11 onças no lado brasileiro. Hoje, são 28 – o que aponta uma recuperação lenta e difícil.

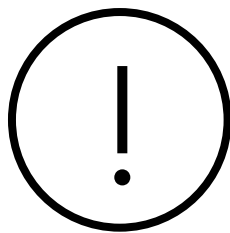
O projeto de lei que busca reabrir a estrada foi proposto em 2010 pelo então deputado federal Assis do Couto (PDT) e acabou desarquivado no ano passado pelo senador Álvaro Dias. A tramitação avançada na Câmara – em 2013 – foi considerada por Dias uma vantagem para conseguir aprovar a reabertura da rodovia. Esse é o projeto mais avançado: no ano passado foi aprovado pela Comissão de Infraestrutura do Senado e encontra-se agora na Comissão de Meio Ambiente.

O relator é o senador Fabiano Contarato (Rede), que já deu parecer contrário à intenção. Em rede social, ele afirmou

ser contra o projeto. "Sou contrário a isso porque a antiga estrada está fechada. A Mata Atlântica é o bem maior a ser preservado", escreveu. O PL também deve passar pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Se for aprovado, irá diretamente para a sanção presidencial, sem análise do plenário – isso significa que os senadores não irão votar sobre o tema. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) já defendeu publicamente a reabertura da estrada. "A Estrada do Colono, se depender de nós, a licença ambiental vai ser dada", disse em entrevista a jornalistas em maio de 2019.

Há também outro projeto, de autoria do deputado federal Nelsi Coguetto Maria, o Vermelho (PSD), que também propõe a recriação da rodovia, cortando o Parque

Nacional do Iguaçu. Essa mobilização dos políticos paranaenses está alinhada a pedidos dos prefeitos da região e de cooperativas da região oeste do Paraná, para 'facilitar' o escoamento de soja, milho, trigo, frango e leite, por exemplo. **Vermelho é empreiteiro e proprietário do grupo Coguetto Maria, famoso na região por realizar pavimentação asfáltica.** De 2016 a 2018, a empresa dele venceu a maioria das licitações de Foz do Iguaçu para fazer pavimentação na cidade. Além de Foz, a empresa de Vermelho disputa e, muitas vezes vence, licitações para asfaltar as cidades do oeste do estado. Caso seja aberta uma licitação para pavimentar a rodovia que se pretende abrir em meio ao Parque o grupo empresarial de Vermelho deve participar da concorrência.



BREVE HISTÓRICO

A chamada "Estrada do Colono" foi aberta pela primeira vez na década de 1950 por moradores da região para ligar as cidades de Serranópolis e Capanema. Naquela época, o Parque Nacional do Iguaçu já existia como uma Unidade de Conservação. Somente em 1986 é que o caminho foi fechado pela Justiça depois de uma ação movida por parte da comunidade, capitaneada, principalmente, pela jornalista e escritora Teresa Urban, que agiu em diversas frentes durante décadas a favor da preservação do patrimônio natural paranaense e brasileiro. Teresa, que era militante das causas ambientais, lutou ao longo de quase três décadas para que a estrada fosse fechada e, posteriormente, encampou campanhas para que o caminho jamais fosse reaberto.

Mas os prefeitos dos municípios foram contra. Protestos de parte de moradores tomaram conta da região. Até que, em 1996, moradores reabriram a estrada a força, o que resultou em uma longa batalha judicial que se estendeu por 20 anos.

Em 2001, houve, então, a decisão final. Após determinação judicial, a estrada foi fechada pela Polícia Federal. Em 2003, os moradores voltaram a invadir a região e a abrir a estrada. Em poucos dias, ela foi novamente fechada por determinação da Justiça Federal. Hoje, a floresta já engoliu a antiga estrada.

Entre 1999 e 2001, a reabertura ilegal da estrada levou à classificação das Cataratas como "patrimônio em perigo" pela Unesco. Em 2014, um relatório da Unesco voltou a expressar preocupação com a possível reabertura da estrada e lembrou que "a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica é uma prioridade global e razão principal para a inclusão da região na lista de patrimônios da humanidade, para além das impressionantes Cataratas". O documento ainda expressa preocupação com a possibilidade de uma nova legislação sobre estradas-parque legitimar a abertura de estradas em outras unidades de conservação do país.

CUSTO ELEVADO EM TODOS OS SENTIDOS

O custo para essa obra seria muito elevado em todos os sentidos: do ponto de vista financeiro, ambiental e também de segurança pública. O Ministério Público Federal (MPF) estima que seria necessário gastar R\$ 50 milhões para abrir a estrada. Além disso, 17 quilômetros de Mata Atlântica teriam que ser derrubados, com a realização de um corte de 10 a 15 metros de largura bem no coração do Parque. Seriam desmatados, portanto, 20 hectares da mata, sem contar os prejuízos do chamado “efeito de borda”, que são os impactos diretos e indiretos que um desmatamento causa para regiões próximas de onde ele ocorre. Esse efeito considera a alteração nas condições microclimáticas (temperatura, umidade, insolação, vento etc.), produzindo grande desequilíbrio no bioma como um todo.

A fragmentação dessa área colocaria em risco toda a flora e fauna da região. Além disso, a estrada, segundo o MPF, seria um novo ponto para tráfico de drogas e contrabando.

Em nota, o MPF reforça que “não existe a possibilidade de uma estrada ser ecológica e que a criação da ‘Estrada-Parque Caminho do Colono’ traria como consequência a perda de parte do território do Parque Nacional do Iguaçu, o que representa um grande retrocesso na preservação do meio ambiente”.

Além do desmatamento, a reabertura da estrada provocaria, conforme o MPF, a “ruptura” do ecossistema, com o consequente isolamento de animais, pois algumas espécies não atravessam áreas desmatadas; erosão e assoreamento de cursos d’água; morte de animais por atropelamento; difusão de doenças e contaminação biológica devido ao tráfego de veículos e de pessoas; risco de degradação ambiental por acidentes de trânsito dentro do Parque, com o consequente vazamento de combustível; a facilitação da presença de pescadores, caçadores e exploradores ilegais de palmitos.

FLORESTA REGENERADA

O Ministério Público Federal (MPF), em Foz do Iguaçu, realizou em setembro de 2019 um sobrevoo de helicóptero no Parque Nacional do Iguaçu e constatou a regeneração total da vegetação na área do leito da antiga estrada.

Durante o sobrevoo, o comandante da aeronave da Polícia Rodoviária Federal teve dificuldade de localizar a área do antigo caminho, devido ao completo estado de regeneração da floresta. O antigo leito da estrada já desapareceu sob a vegetação, razão pela qual sua localização só foi possível por meio das coordenadas geográficas com uso de GPS.

A procuradora da República Daniela Caselani Sitta e o técnico de segurança institucional do MPF, Jean Matheus Tes-

sari Wagner, observaram que da antiga estrada resta apenas uma quase imperceptível “cicatriz” em meio à floresta, ou seja, um discreto “risco” e apenas em alguns pontos onde a mata regenerada no antigo leito ainda é mais baixa.

Para Paulo Roberto Castella, engenheiro agrônomo e funcionário da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a abertura da estrada é preocupante. Ele, que foi assistente do Estado do Paraná na perícia nos anos 2000, é completamente contra a reabertura do caminho. “O que existe hoje eu não posso chamar nem de estrada e nem de caminho. Essa proposta assusta muito pelo meio ambiente que encontramos. O que tinha de estrada já está coberta por floresta”, ressalta.

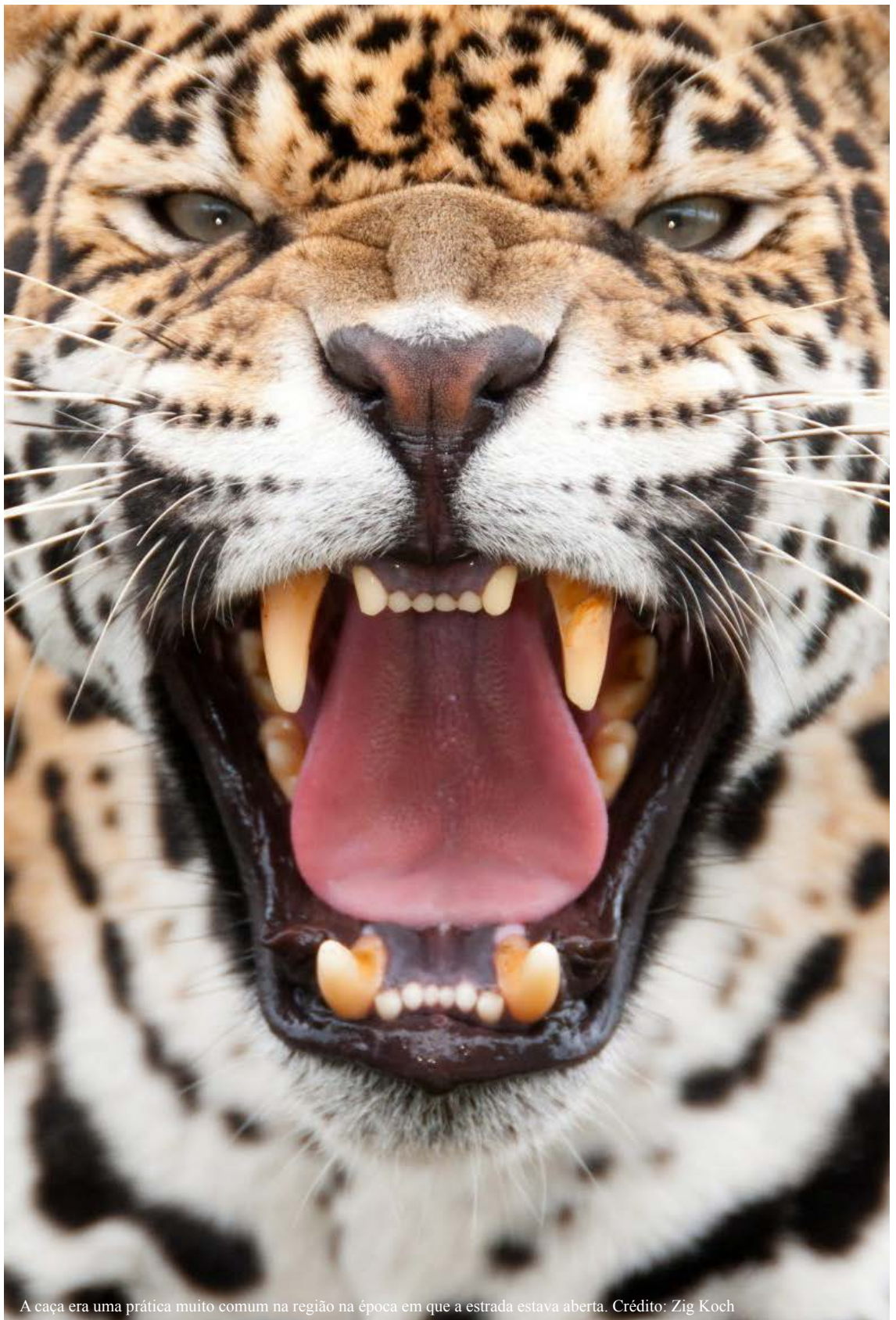
De acordo com o que foi apurado pelo MPF, a reabertura da estrada exigiria um desmatamento de 20 hectares dentro do Parque Nacional do Iguaçu, área que se regenerou nos últimos anos, desde o fechamento definitivo da estrada por uma decisão judicial, em 2001.

ONÇAS EM RISCO

O maior habitat de onças-pintadas na região sul do Brasil é o Parque Nacional do Iguaçu. O local é considerado de altíssima relevância para a conservação e preservação do felino. A abertura de uma rodovia em meio ao Parque colocaria, novamente, a população do animal e todo o esforço feito para mantê-la em risco.

Além da perda de habitat, há o risco de caça ilegal, redução expressiva das presas – que são seus alimentos – e atropelamentos, por exemplo. “A presença de certos animais na natureza mostra que o ecossistema da região está saudável. Um desses animais é a onça-pintada, que é um animal de topo de cadeia e está ameaçada de extinção no Brasil. O Parque Nacional do Iguaçu é considerado um dos mais importantes redutos da espécie no Sul do país”, explica o biólogo Peter Crawshaw, que tem mais de 40 anos dedicados aos estudos e conservação de onças-pintadas e é considerado uma referência mundial na área.

O número de onças-pintadas no Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu, na



A caça era uma prática muito comum na região na época em que a estrada estava aberta. Crédito: Zig Koch



A jornalista e ambientalista Teresa Urban foi uma das mais aguerridas defensoras do Parque Nacional do Iguaçu e do patrimônio natural paranaense. Crédito: Alexandre Mazzo / Gazeta do Povo

região oeste do Paraná, aumentou quase 27% em dois anos, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Desde 2009, especialistas do projeto Onças do Iguaçu realizam um censo da espécie. No último levantamento, divulgado em novembro, referente ao resultado de 2018, foram encontradas 28 onças-pintadas no Parque. O resultado foi 27% a mais do que no censo anterior, sobre 2016, que revelou a presença de 22 animais da espécie. Em 2009, eram até 11 onças.

O IMAGINÁRIO COLETIVO VAI CONTRA A REALIDADE

Parte da população da região de Serranópolis e Capanema, no oeste paranaense, guarda uma memória afetiva de que a estrada era algo

“bom” e que ajudava no progresso das cidades. No entanto, os fatos mostram exatamente o contrário.

Em 2012, a Polícia Federal emitiu uma nota em defesa da manutenção do fechamento da estrada. Em ofício, a PF afirmou que, até ser fechada, a estrada era **“largamente utilizada por criminosos como caminho para transportar mercadorias ilícitas, armas, munições e drogas, além de facilitar a prática de crimes ambientais”** e que a reabertura “seria mais um complicador no que se refere ao controle de nossas fronteiras”. O texto foi assinado pelo então superintendente da PF no Paraná, José Alberto de Freitas.

Um documento foi entregue pelo Ministério Público em 23 de novembro de 1998 denunciando a **utilização do caminho como rota de tráfico de drogas**. No dia 18 de novembro de 1999, a Polícia Civil de Medianeira apreendeu cerca de 20 quilos de maconha que estavam sendo transportados através da Estrada.

O QUE DIZ A LEI?

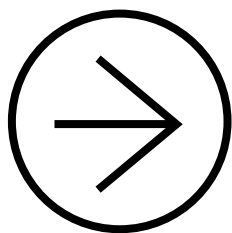
O artigo 11 da Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006) “veda o corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do bioma Mata Atlântica, nas características apresentadas neste local da unidade de conservação”.

Atualmente, na legislação brasileira não existe a previsão de Unidade do tipo “Estrada-Parque”. Esta previsão pode, segundo o Ministério Público Federal, ser enquadrada na categoria Área de Proteção Ambiental (APA), cujo enfoque principal é a exploração econômica com critérios para garantir a sustentabilidade ambiental.

Porém, o MPF entende que essa categoria é incompatível com o grupo de unidades de preservação em que se enquadra o Parque Nacional do Iguaçu, que é de Proteção Integral, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.

Ações de repressão da Polícia Florestal do Paraná no combate ao extrativismo ilegal e caça apontam diretamente o uso da estrada para fins ilegais. De 1999 a abril de 2002 foram contabilizadas 16 infrações relacionadas à pesca, com apreensão de 841 metros de rede, um barco, apreensão de duas espingardas, 85 cartuchos de balas, cinco facões. Animais também foram apreendidos, como macaco-prego, capivara, paca e tamanduá-mirim. Em relação à flora foram apreendidos 2060 palmitos in natura e 191 frascos com o produto envasado.

“É uma região de fronteira. O risco da estrada, como já foi constatado no passado, ser usada como rota de tráfico, contrabando, caça ilegal, extração vegetal ilegal existe. Não à toa que a **Polícia Federal tinha classificado o caminho como ‘zona perigosa’**”, salienta Angela Kuczach, diretora-executiva na Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação.



CORPOS ESTÃO SEPULTADOS NA ANTIGA ESTRADA

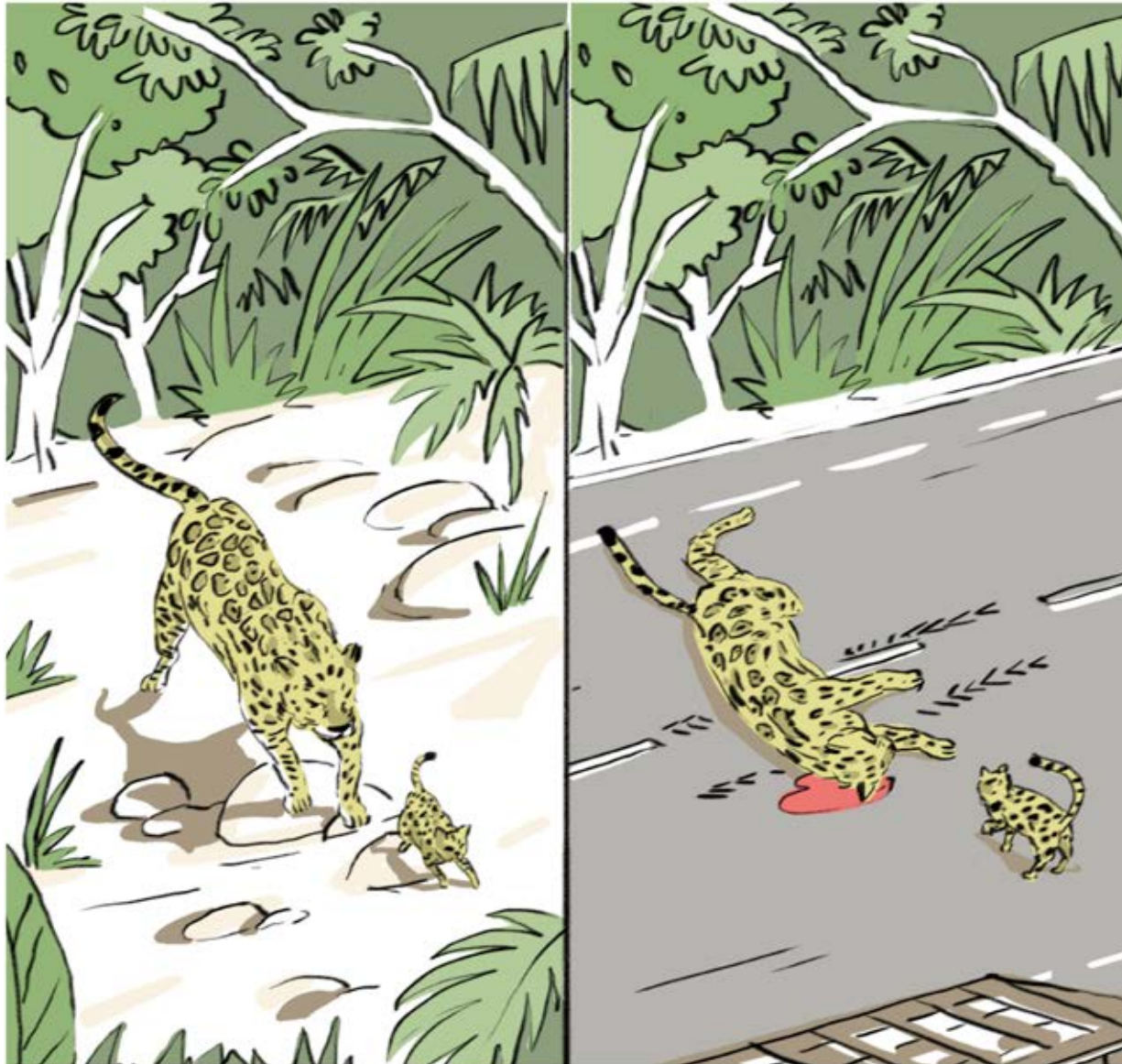
A antiga Estrada do Colono também está diretamente ligada ao período do Regime Militar no Brasil. Em 12 ou 13 de julho de 1974, cinco pessoas – quatro brasileiros militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e um argentino – foram executadas e tiveram seus corpos ocultados em uma vala em local incerto, na floresta onde se localiza o Parque Nacional do Iguaçu, próximo à antiga estrada.

Os nomes das vítimas são Joel José de Carvalho, Daniel Carvalho, José Lavecchia, Vitor Carlos Ramos e Ernesto Ruggia. A morte dessas pessoas, cujos corpos até hoje estão desaparecidos, é relatada no livro “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?”, do jornalista Aluísio Palmar.

Foram feitas diligências nos últimos anos tentando encontrar os restos mortais dos perseguidos políticos da Ditadura Militar assassinados em uma emboscada, quando o Brasil era comandado pelo general Ernesto Geisel.

Estrada do Colono: uma via de insegurança jurídica e improbidade legislativa no Brasil

Nova ameaça com interesses privados e eleitores, coloca em risco todas as unidades de conservação do país



O Parque Nacional do Iguaçu tem 185 mil hectares e abriga 550 espécies de aves, dezenas de répteis e mais de 120 mamíferos. É o último refúgio da onça-pintada no Sul do país. Em 2010, foram contabilizadas apenas 11 onças no lado brasileiro. Hoje, são 28 – o que aponta uma recuperação lenta e difícil conquistada por projetos de conservação e proteção da espécie. Crédito: Robson Vilalba

O Parque Nacional do Iguaçu está localizado em Foz do Iguaçu e mais 13 municípios do Paraná. Ele é, sem dúvidas, um dos parques brasileiros mais lembrados - se não o mais lembrado no mundo. Com visitação aproximada de dois milhões de visitantes ao ano, ele responde pela geração de renda de aproximadamente um bilhão de reais anuais na região, 25 milhões de ICMS Ecológico, além de estimular milhares de empregos.

Este ícone natural, pertencente aos 210 milhões de brasileiros e a outros milhões que ainda vão nascer, é o segundo destino mais visitado do país (atrás apenas do Parque Nacional da Tijuca - RJ, onde está o Cristo Redentor). Também é detentor do título de Patrimônio Natural Mundial pela Unesco.

Mas exatamente no momento em que fundos de investimento que somam R\$ 65 trilhões pedem ao Brasil mais preocupação com o meio ambiente, nossa classe política propõe, novamente, a

destruição de parte deste monumento único, de notoriedade mundial.

Vídeos recentes provam que onde duas décadas atrás existiu uma estrada de chão ilegal e precária – hoje invisível em meio a mata fechada – há árvores altas, frondosas e uma natureza exuberante. Não há mais estrada ou sequer seu vestígio ali. O que um dia foi ilegalmente destruído, regenerou-se e voltou a ser parte de um parque nacional.

A tentativa de abertura de uma estrada rasgando o parque, para ligar os pequenos municípios de Serranópolis e Capanema (de 5 e 20 mil habitantes respectivamente), foi derrotada na Justiça em todas as instâncias e é matéria já amplamente debatida juridicamente. É uma questão transitada em julgado, ou seja, quando já foram vencidas todas as tentativas de recurso e não se pode mais recorrer. Mesmo assim, políticos oportunistas não se dão por vencidos. Eles querem agora, de forma torpe, burlar as decisões judiciais.

L'ÉTAT, C'EST MOI O ESTADO SOU EU

Infelizmente, em matéria de meio ambiente, tem sido recorrente no Brasil a politização da lei e a judicialização da vida. De forma absolutista, alguns deputados tentam agora emplacar uma “jabuticaba legislativa” para driblar o judiciário e turbinar suas eleições municipais. Eles tentam ressuscitar o conceito de “Estrada-Parque”, para assim abrir uma nova estrada rasgando o Parque Iguaçu. Ainda mais grave, como se trata de lei federal, a medida afetaria todas as unidades de conservação brasileiras.

Acontece que as decisões judiciais referentes ao que foi a “Estrada do Colono” deixam claríssimo que a criação de uma “Estrada-Parque” onde esse caminho existiu seria totalmente inviável na região. A inviabilidade de uma “Estrada-Parque” consta inclusive na decisão de inteiro teor, respaldada por todas as instâncias por onde passou. Entre os motivos estão, por exemplo, os altíssimos custos de uma eventual obra que de tantas condicionantes necessárias elevariam a soma para, pelo menos, R\$ 50 milhões.

Além disso, devido à velocidade de deslocamento dos veículos dentro de uma unidade de conservação como um parque nacional ser muito baixa, o ganho de tempo aproximado na via cogitada, seria de cerca de apenas 20 minutos, de acordo com o cálculo de peritos. Ou seja, é completamente descabida e ilógica tal discussão. Quando analisados os maquiavélicos projetos de lei – um de autoria do deputado Vermelho (PSD) (984/201) e o outro do ex-deputado Assis do Couto (PDT) (7.123/2010) - é nítido que suas alegações são irracionais e antieconômicas. Fica claro que a iniciativa pode ser um mero casuísmo, ou até um caso de improbidade legislativa.

Mas, atenção senhores políticos: de acordo com juristas renomados, os legisladores também podem cometer atos de improbidade quando aprovam um instrumento normativo destinado a beneficiar, de maneira inconstitucional, um grupo de pessoas em detrimento do interesse público. Portanto, qualquer agente público pode ser alcançado pela Lei de Improbidade Administrativa. Até mesmo aquele que tenha sido “eleito”, para o exercício de “mandato” (vide o art. 2º da referida Lei). Nenhum governante pode ser considerado juridicamente irresponsável, já que seus atos podem gerar custos e perdas econômicas transgeracionais.

PACTA SUNT SERVANDA O RESPEITO À COISA JULGADA

Já a Constituição Federal, no seu artigo 5, inciso XXXVI, prevê que “a lei não prejudicará a coisa julgada”, protegendo, desta forma, os direitos adquiridos e deixando claro a importância deste princípio, que procura dar segurança jurídica às nossas instituições.

A desculpa da necessidade de desenvolvimento econômico para Serranópolis e Capanema tampouco se sustenta. Na decisão do TRF-4 que determinou o fechamento definitivo da estrada em 2001, amplas provas foram produzidas mostrando que cidades da mesma região não afetadas pela possível estrada, tiveram índices desenvolvimento igual ao das principais interessadas na sua construção. Está lá. Tudo por escrito e sacramentado nos autos. Mas, passadas décadas desse debate, será que nossos políticos e seus assessores não sabem disso?

Na verdade, parece que em tempo de eleição, qualquer plataforma eleitoral pode ser definida como bandeira para ilu-

dir os mais desavisados. Que legislador é esse que legisla aniquilando o que já está consolidado dentro e fora dos tribunais, a partir de anos de discussões, reuniões, conquistas setoriais, julgamentos e negociações coletivas?

Infelizmente, a política e o discurso anti-ambiental do governo federal, tem sido a senha para que todos os interesses retrógrados que têm sido combatidos há décadas pela sociedade civil, voltassem à tona. Nesta leva, conquistas civilizatórias estão sendo postas em xeque por políticos interessados apenas em interesses privados e capital eleitoral.

Para atingirem seus objetivos, a tática é Iludir e deslumbrar as pessoas de suas bases, com campanhas pré-eleitorais travestidas de audiências públicas. Eles não se importam com o país. Caso contrário, estariam preocupados com nossa já desgastada imagem no exterior. Preocupam-se, prioritariamente, com seus financiamentos de campanhas, eleger a si e aos seus, garantindo-lhes empregos e privilégios.

Mas em termos de marketing eleitoral,

a ideia também não parece nada inteligente. Basta imaginar a transmissão internacional ao vivo das Cataratas do Iguaçu em primeiro plano. Logo em seguida, tratores e motosserras destruindo o parque. Tudo filmado com drones de última tecnologia e repetido à vontade. Que tal ter sua imagem associada a isso?

Numa sociedade hiperconectada como a atual, não podemos nos alienar da atual questão ambiental, que pauta a mídia global. É ruim para a “grife” Brasil, e para os negócios. Arranhar a imagem do Parque Iguaçu, talvez seja bom apenas para os argentinos de Puerto Iguazu, que disputam nossos bem educados turistas estrangeiros. Pode ser que europeus e americanos, por exemplo, não se sintam à vontade para gastar seus euros e dólares, num país onde não se respeita nem a natureza, nem a justiça.

Giem Guimarães é diretor-executivo do Observatório de Justiça e Conservação. (OJC).



AGENDA 2020

PERMACULTURA
PAISAGISMO ECOLÓGICO
BIOCONSTRUÇÃO
AGROFLORESTA
ARTESANATO

07 e 08 / MARÇO
ADOBE
com Tomaz Lotufo e Marcio Holanda

18 / ABRIL
CERÂMICA*
com Dani Carazzai e Rodrigo Ramirez

16 e 17 / MAIO
BAMBU
com Tomaz Lotufo e Helena Ruetter

13 e 14 / JUNHO
SISTEMAS AGROFLORESTAIS
com Peter Webb e Luiz Paulo Gnatta

18 e 19 / JULHO
TAIPA DE PILÃO E TADELAKT
com Tomaz Lotufo e Cobi Shalev

VALORES
Curso: R\$ 450,00
Curso + Alojamento: R\$ 600,00
*Vivência Cerâmica: R\$ 250,00

- Valores incluem almoço e materiais para as atividades de cada curso

- 20 vagas (sendo 02 para bolsistas das comunidades de São João da Graciosa, Porto de Cima, Morretes e região).

Reservas e informações: agenda@ekoapark.com.br

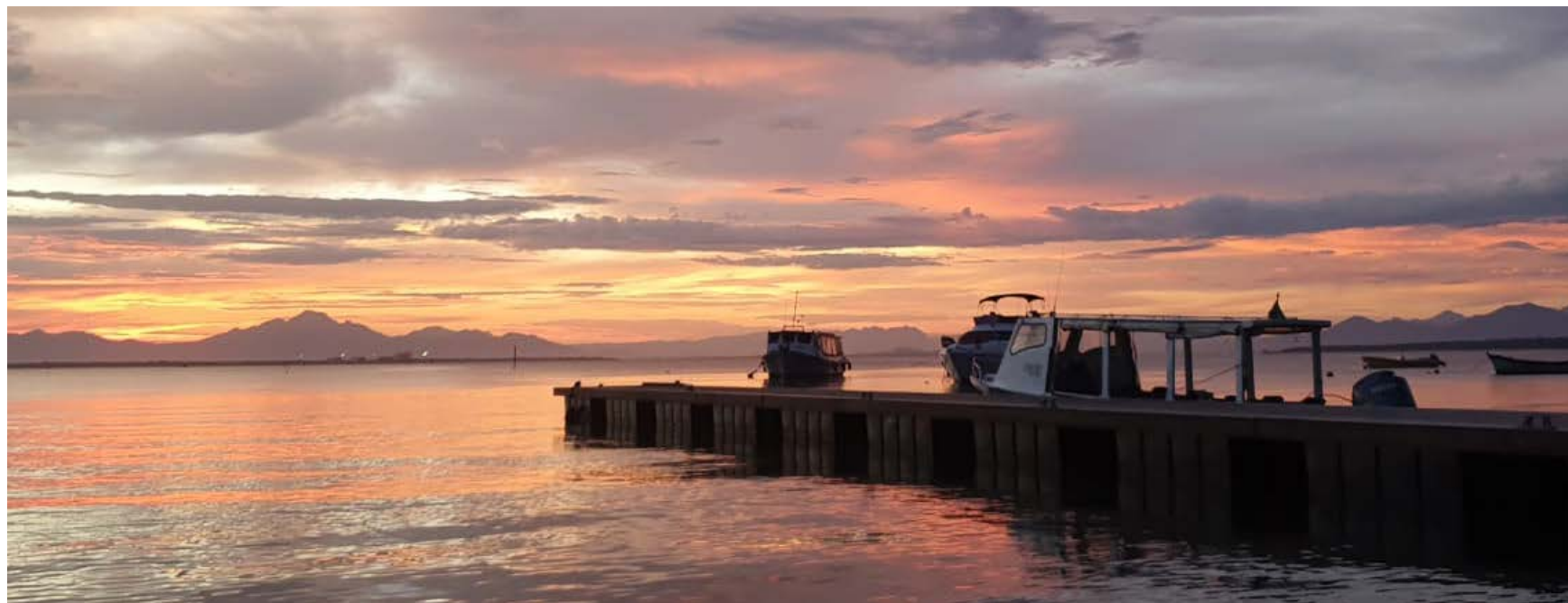
Est. da Graciosa km 18,5
Morretes, PR

@ekoapark
www.ekoapark.com.br



Estação de transbordo de lixo, em Nova Brasília, na Ilha do Mel, é reinaugurada

Situação dos trapiches, entretanto, continua igual e ameaça a segurança de turistas e moradores



Estruturas continuam precárias, sem previsão de início das obras. Crédito: Felipe Andrews

Foi reinaugurada no dia 30 de janeiro, a estação de transbordo de resíduos sólidos da comunidade de Nova Brasília, na Ilha do Mel, no litoral do Paraná. O espaço serve como depósito temporário de todo o lixo produzido na localidade e que depois é transferido em balsa pela baía até o continente, para destinação final no aterro sanitário de Paranaguá. A unidade foi construída em 1998.

A obra custou R\$ 450 mil e foi financiada pelo Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), como medida compensatória pela expansão do terminal. A coleta e destinação de todo o lixo produzido por moradores e turistas na Ilha do Mel é gerenciada de forma compartilhada por equipes das secretarias municipais de Agricultura e Pesca e Meio Ambiente. Estima-se que sejam produzidos durante a temporada de verão entre 75 e 80 toneladas de dejetos.

O deputado Goura (PDT), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Paraná, havia denunciado a situação estarrecedora do lixo após uma visita à Ilha e conversa com moradores. Para ele, a reinauguração da estação de transbordo é uma ação importante, mas resolve apenas parte do problema:

“Esta revitalização e a melhoria da infraestrutura da estação de transbordo é importante, mas ainda insuficiente para dar uma solução adequada ao problema de gestão do lixo na Ilha do Mel. Nós defendemos uma solução mais completa, como é proposto no projeto Paraná Lixo Zero. Queremos uma Ilha do Mel Lixo Zero, colocando em prática este conceito, que consiste no máximo aproveitamento

e correto encaminhamento dos resíduos recicláveis e orgânicos”, explicou Goura.

O secretário municipal de Agricultura e Pesca, Antônio Ricardo dos Santos, afirmou que, em breve, a Ilha do Mel terá projeto para separação de lixo, mas não deu prazo para o início do programa. A reforma da estação em Encantadas ainda não terminou.

TRAPICHES CONTINUAM EM SITUAÇÃO DE DESCASO

A promessa de que a Ilha do Mel teria modernas estruturas de trapiche no início de 2020 não se concretizou. A reforma foi licitada, mas a segunda colocada na concorrência pública entrou com recurso, no início de fevereiro, e ainda não há previsão para as obras começarem.

A estimativa do Governo é de que a construção leve sete meses após definida a empresa vencedora da licitação. Os projetos serão custeados pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa).

O principal ponto de acesso da Ilha despencou várias vezes, em 2018 e 2019, deixando várias pessoas feridas, entre elas, a moradora e comerciante da Ilha, Laura Junkuhn, que levou 28 pontos, ficou três

meses sem poder andar e quase perdeu a perna. Ela conta que nenhum investimento foi feito recentemente: “Eles sempre estão dando uma remendada, mas, na realidade, desde os últimos acidentes não fizeram nada. Está tudo do mesmo jeito. Isso é uma vergonha, como nós vamos sobreviver se dependemos do turismo?”

A Ilha do Mel é o segundo destino turístico mais visitado do Paraná, atrás apenas das Cataratas do Iguaçu, e recebe cerca de 300 mil visitantes por ano. A Ilha do Mel tem 98% de sua área voltada à proteção ambiental e abriga duas categorias de unidades de conservação: o Parque Estadual e a Estação Ecológica, que protegem uma importante área remanescente da Mata Atlântica.



Estação de transbordo de lixo de Nova Brasília é reinaugurada, mas resolve apenas parte do problema. Crédito: Distribuição.

O IMPACTO DE

Entenda as principais consequências que a construção de um complexo portuário gera para a comunidade e para a natureza

Imagine se na região onde você mora comessem a construir um enorme prédio bem em frente à sua porta, provocando a destruição do seu terreno, com emissão rotineira de poluição dia e noite e uma onda frequente de barulhos. Um dia, a construção desse prédio passa a interferir ainda mais na sua rotina. A porta por onde você saía e entrava todos os dias fica tomada por entulhos ou restos de construção. Sua liberdade de locomoção e sobrevivência fica prejudicada. Esse cenário hipotético ajuda a entender o que se passa com a fauna e flora de uma região durante a edificação de um porto. A vida de infinitas espécies é alterada para sempre e as consequências se tornam irreversíveis.

O cotidiano das pessoas que vivem nas proximidades daquele local também nunca mais será o mesmo. A vegetação jamais voltará a ter a mesma riqueza. Comunidades tradicionais e indígenas acabariam expulsas dos locais onde vivem há séculos. Prejuízos incalculáveis para o turismo e para a economia também seriam acumulados. E essas seriam apenas algumas das consequências impostas pela construção de um porto à região onde ele se instale. Desde a sua implantação e durante todos os dias da sua operação o local onde ele foi feito vai sofrer com novas e constantes agressões e oferecer riscos diariamente. Os impactos das atividades portuárias ao meio ambiente são decorrentes da instalação da infraestrutura portuária e da utilização desse mecanismo para o trânsito das mais variadas cargas.

No Paraná, especialmente, esse tema ganhou relevância em razão da possibilidade de o município de Pontal do Paraná, no litoral do Estado, receber um porto privado, que seria construído em terras públicas. Parte delas, segundo investigações do Ministério Público, teria sido grilada (ou roubada) dos paranaenses entre as décadas de 1940 e 1950. Um porto privado que impactaria para sempre o modo de vida das comunidades e a saúde do meio ambiente da região onde pode ser feito.

10 IMPACTOS CAUSADOS PELO PORTO

Mais de 500 caminhões, pelo menos, passariam a trafegar pela região por dia. Um aumento de mais de 200 mil por ano. Conheça outros 10 impactos da construção e operação de um novo porto em Pontal.

1.

27 MILHÕES de metros quadrados de Mata Atlântica afetados.



4.

PIORA na qualidade da água e do ar e aumento de doenças respiratórias.



7.

REDUÇÃO da capacidade de regeneração dos solos, favorecimento de erosões e danos incalculáveis gerados pela dragagem.



8.

AUMENTO de doenças sexualmente transmissíveis, como HIV e sífilis, e de doenças transmitidas por mosquitos, como a dengue.



PONTAL CORRE RISCO DE TER UM COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO

O ecossistema e as comunidades tradicionais do litoral do Paraná sofrem sérios riscos caso um complexo industrial portuário que pode se instalar na região saia do papel. Trata-se de um investimento privado em terras públicas em frente a um dos paraísos turísticos e naturais do estado, a Ilha do Mel, que é um Patrimônio da Humanidade reconhecido pela Unesco. O complexo em Pontal do Paraná ficaria a poucos metros da Ilha.

Para que possa ser feito, 27 milhões de metros quadrados de Mata Atlântica seriam derrubados ou afetados pela área portuária, comprometendo irreversivelmente a flora e fauna locais de uma das últimas porções de Mata Atlântica bem conservadas do mundo.

Não bastasse isso, o complexo portuário geraria intensa contaminação do solo, do ar e do mar, comprometendo a vida marinha na região.

A qualidade de vida dos seres humanos também seria afetada. O crescimento urbano desordenado, ocasionado pela construção e pela operação do porto, elevam as chances de proliferação de diversas doenças, como HIV e sífilis e dengue. A piora na qualidade do ar geraria uma incidência maior de doenças respiratórias. O inchaço populacional também provoca efeito no mercado de trabalho: haverá poucas oportunidades de emprego para absorver um maior número de pessoas.

UM PORTO

2.

CONTAMINAÇÃO

do solo, do ar, do mar e intensa poluição sonora.



3.

AUMENTO

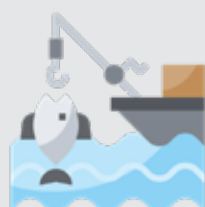
de prostituição, inclusive infantil, e da violência contra a mulher.



5.

DIMINUIÇÃO

da qualidade de vida dos pescadores e redução dos estoques pesqueiros.



6.

POUCAS OPORTUNIDADES

de emprego para os moradores de Pontal do Paraná.



9.

CRESCIMENTO POPULACIONAL

sobrecarregando o já carente sistema de saúde, educação e segurança de Pontal.



10.

PERDA DE HABITAT

da fauna e flora nativos e aumento de caça, captura e atropelamento de animais silvestres.



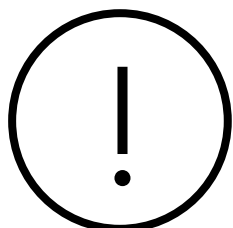
Em todo Brasil, restam apenas 7% da Mata Atlântica em bom estado de conservação. Grande parte desse remanescente fica no litoral do Paraná, no trecho que engloba, justamente, a Ilha do Mel e proximidades.

“Qualquer atividade portuária causa uma série de impactos na sociedade, em termos econômicos alguns bastante positivos, mas a um preço ambiental e social altos e não compensáveis a curto, médio e longo prazo”, ressalta a bióloga Camila Domit, pesquisadora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde é responsável pelo Laboratório de Ecologia e Conservação, o LEC. Camila lembra que a construção de um porto altera profundamente a vida animal que está inserida na região.

“Ocorre o desmate da vegetação da área costeira e a construção de estruturas rígidas, como o píer de atracação dos navios, que alteram a margem e a dinâmica do mar na área ao redor à costa. Além disso, o movimento dos navios provoca ondulações que acabam desgastando as encostas, ou zonas marginais”, explica Camila. A construção de um porto, portanto, praticamente redesenha o litoral da região onde está inserido.

A qualidade da água é outro ponto que acaba profundamente alterado em virtude das operações portuárias. Segundo a pesquisadora, os riscos diários de vazamentos de combustíveis e a queda de produtos dos containers que os transportam afetam gravemente o ambiente aquático. “Caso caiam grãos de soja no mar, por exemplo, o que não é nada difícil de acontecer, a água e os peixes são diretamente afetados. A soja influencia a produção em excesso de nutrientes e os grãos podem ser ingeridos pelos peixes e demais animais marinhos. A soja não é um item que faz parte da dieta dos animais e, por isso, também pode contribuir com alterações e problemas a saúde deles”, explica Camila.

A alteração da água é outro fenômeno que ocorre pelo processo de “dragagem”, que é a operação de retirada dos sedimentos do fundo do mar. “A dragagem causa alterações na salinidade e turbidez da água. E ainda traz compostos químicos que estão no fundo do mar de volta à superfície. A disponibilização dos poluentes químicos atinge a cadeia alimentar, desde micro-organismos até golfinhos e peixes”, relata.



Informações dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) feitos para a construção do porto de Pontal do Paraná e da Faixa de Infraestrutura. Eles mesmos reconhecem centenas de impactos e agressões à natureza e à vida das pessoas, com a chegada do empreendimento. Para ler todos, acesse:





Imagem de acidente ocorrido no Porto de Santos, São Paulo, em 2017. Crédito: Divulgação Ibama

RISCO DIÁRIO DE CONTAMINAÇÕES

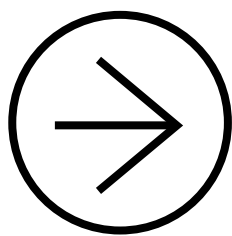
A operação de um porto inclui, ainda, o risco diário de contaminação dos animais. “A ingestão de substâncias tóxicas afeta drasticamente a saúde dos organismos e a maior preocupação está no efeito cumulativo das múltiplas atividades envolvidas na operação de um porto diariamente. São diversos riscos e exposição aos animais, mas também a saúde humana. Melhorar e aprimorar o que já existe parece uma medida mais sensata para os que têm como prioridade melhorar a qualidade de vida humana e da fauna”, afirma Camila.

Essa é a mesma conclusão defendida pela doutora em sistemas costeiros e oceânicos, Marina Reback Garcia. Para ela, a contaminação crônica do oceano devido à atividade portuária é inevitável. “Ficamos reféns da contaminação porque não há como evitar que ela aconteça onde existem portos. No caso de acidentes, ainda existe a possibilidade de eles acontecerem ou não, mas a contaminação crônica faz parte da atividade portuária pela própria movimentação das embarcações, pela forma com que é feita a proteção das estruturas de metal. Existe uma série de impactos já conhecidos e previsíveis que ocorrem em todos os portos do mundo”, afirma.

Além disso, a impossibilidade de adaptação dos animais a esse cenário agressivo também gera sérias preocupações. “A construção e operação de um porto mudam o cotidiano da fauna. Os animais têm mais dificuldade de adaptação e essa mudança pode levá-los à morte. As comunidades tradicionais também passam por sérias dificuldades de adaptação. Para uma comunidade indígena, por exemplo, ter que sair do espaço onde mora é algo muito complicado e de difícil adaptação”, aponta Juliano Dobis, diretor-executivo da Associação MarBrasil.



Ave contaminada por óleo de vazamento de um navio. Crédito: Divulgação



ACIDENTES ENVOLVENDO PORTOS NO BRASIL

A história demonstra que acidentes em regiões portuárias não são raros. Não é preciso ir muito longe para comprovar esse fato. Em novembro de 2004, uma explosão do navio Vicuña, de bandeira chilena, no Porto de Paranaguá deixou quatro mortos e provocou um imenso vazamento de óleo no mar. O acidente causou danos ambientais na baía de Paranaguá, considerada um importante berçário de espécies marinhas no Paraná. Foram localizadas manchas de óleo em uma extensão de até 18 quilômetros.

No mesmo ano, o Porto de Paranaguá presenciou outra grave situação. Um navio estava sendo abastecido com 850 toneladas de óleo combustível quando 900 litros transbordaram e vazaram para o mar. A mancha atingiu as ilhas das Cobras, Cotinga, Piaçaguera e do Mel.

No Rio Grande do Sul, no ano passado, um vazamento de óleo de uma embarcação contaminou a orla marítima do estado. Outro complexo portuário que, geralmente, é notícia por poluição ambiental é o de Santos. Em 2019, por exemplo, foi registrado um vazamento de óleo durante o abastecimento de um navio norueguês. Dois anos antes, 100 litros de óleo combustível caíram no ecossistema da praia santista.

O Porto de Santos coleciona incidentes do tipo. Em 2018, ocorreu um vazamento aproximado de 10 mil litros de óleo no mar. A Cargill Agrícola foi autuada no ano passado em R\$ 2,5 milhões pelo Ibama devido ao vazamento de óleo de um navio operado pela empresa que estava atracado no Porto de Santos em 2017. O óleo atingiu o mar e se espalhou por uma área de dois mil metros quadrados, causando grande mortandade de peixes.

Em 1990, um navio carregado com 33 mil toneladas de óleo diesel sofreu um acidente e parte de sua carga foi jogada ao mar, causando um dos mais graves acidentes ecológicos registrados na rota portuária do Maranhão. No Porto de Pecém, no Ceará, foi registrado em 2017 acidente ambiental envolvendo o transporte de carvão mineral. O resíduo chegou a ser lançado na faixa de praia, atingindo o mar em frente ao terminal.

Outros exemplos comprovam que a instalação de um complexo portuário altera o ritmo da vida marinha. Um caso emblemático é o Porto de Suape, ao sul de Recife. Especialistas consideram que a edificação portuária alterou a rota dos tubarões nessa região de Pernambuco, o que elevou os casos de ataques a seres humanos. Ele foi inaugurado em meados da década de 1980, mas passou a funcionar a pleno vapor a partir dos anos 1990, quando começaram os ataques de tubarões. Antes, quase nenhum caso havia sido registrado na região.

Um estudo do Ministério Público de Pernambuco apontou ainda que, além de haver relação direta entre as obras e a mortandade dos peixes protegidos por lei, a atividade do Porto impacta e destrói territórios pesqueiros.

A construção do Porto de Açu, em São João da Barra, no Rio de Janeiro, também gerou impactos ambientais, conforme um estudo realizado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. As obras elevaram o nível de salinidade em pontos de água doce na lagoa de Iquiparí e do canal de Quitungute. Isso interfere na vida de agricultores, pescadores e população local, que dependem da água para consumo próprio e irrigação.

COMUNIDADES AFETADAS

Um porto também gera poluição sonora e atmosférica diária. Comunidades indígenas, tradicionais e a população, especialmente a local, seriam diretamente afetadas, já que a construção do empreendimento provoca uma mudança completa na dinâmica da comunidade e o aumento do tráfego pesado, como caminhões, na região. “Muitas vezes, também ocorre um crescimento urbano desordenado que altera a região e a vida de todas as pessoas que moram na localidade”, reforça Camila.

Apontar os riscos da construção de um porto, no entanto, não significa defender que um complexo portuário não tenha sua importância econômica. “Um porto é muito importante economicamente. Mas será que precisamos de mais portos no Brasil? Não seria mais prudente utilizar a tecnologia que dispomos para melhorar, otimizar e ampliar portos que já existem?”, pergunta a pesquisadora.



Acidente do Navio Vicuña em 2004 no Porto de Paranaguá. Crédito: Defesa Civil do Paraná.

Ministério Público aponta que cidades do litoral irão perder quase R\$ 5 milhões

Uso de dados desatualizados pelo Governo do Paraná fará com que o repasse do ICMS Ecológico fique longe do que seria adequado, segundo estudos técnicos e apontamentos do Ministério Público

POLÍTICA



Secretário do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Marcio Nunes. Crédito: Claudio Neves/APPA

O uso de dados irregulares para realizar o repasse de 2020 do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para municípios que atendam critérios de conservação ambiental fará com que as cidades do litoral do Paraná deixem de receber um valor total de, aproximadamente, R\$ 5 milhões. Nessa região estão localizadas 46 unidades de conservação ambiental.

O ICMS Ecológico, como é conhecido, é repassado pelo governo do Estado a um total de 216 cidades do Paraná. O montante deve ser destinado aos municípios que contam com unidades de conservação ambiental, mananciais de abastecimento público, áreas indígenas e reservas legais. Segundo a legislação, o valor que cada município recebe deve levar em conta a ampliação ou a exclusão de áreas de preservação. O cálculo deve ser feito em um ano e o pagamento realizado no ano seguinte. No entanto, não é o que ocorre no Paraná.

Uma resolução do Secretário Estadual de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Marcio Nunes (PSD), determinou que o pagamento do ICMS Ecológico de 2020 use dados calculados em 2018. Essa medida fará com que diversas outras cidades do Estado também recebam valores desatualizados do imposto. Por outro lado, a utilização dos dados suspeitos por parte do governo pode fazer com que dezenas de milhões de reais sejam des-

tinadas a prefeituras do estado que não cumpram a lei e não realizem ações ambientais.

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) ingressou com uma ação civil pública questionando o cálculo estabelecido pelo governo estadual. A promotoria aponta que o governo ignorou relatórios emitidos por técnicos do próprio Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para atualizar o valor do repasse. “O desrespeito ao cálculo do Comitê Técnico Científico significa não apenas violação explícita aos dispositivos da legislação, como também distribuição irregular de recursos”, apontam os promotores.

CONDENAÇÃO

Na ação, entre outros pontos, o MP-PR pediu a condenação do secretário Marcio Nunes e de diretores de autarquias a pagarem indenização pelos danos causados, além da nulidade das resoluções do secretário. O MP também determina que seja observado para o ano fiscal de 2020 o repasse do ICMS Ecológico a partir dos cálculos realizados em 2019.

O órgão também determinou a realização de auditoria nos cálculos dos chamados “Fatores Ambientais” do repasse do ICMS dos últimos quatro anos. A promotoria acredita que essa divergência dos dados vem ocorrendo desde 2015.

BASE ELEITORAL

Um exemplo notório de como o uso de dados ilegais impacta o repasse do ICMS Ecológico ocorre na cidade de Campo Mourão, como aponta o Ministério Público. “Relatórios formulados pela comissão técnica do IAP apontaram a necessidade de suspensões e descadastramentos de Unidades de Conservação na região de Campo Mourão, território de origem e base eleitoral do Secretário de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Márcio Nunes”. O secretário, no entanto, não acatou os relatórios técnicos do IAP, e manteve os valores de repasses antigos para a localidade.

INVESTIGAÇÃO INTERNA

Documentos formulados por técnicos do próprio Instituto Ambiental do Paraná (IAP), a partir de processos de investigação interna, confirmam que a distribuição do ICMS Ecológico não está sendo feita de acordo com a legislação. O descumprimento da metodologia para elaborar os valores de repasse do ICMS Ecológico, como aponta a documentação, conclui que “notas” mais elevadas foram dadas a municípios que não cumprem a preservação e a conservação da natureza – que são critérios fundamentais para definir os valores da distribuição do imposto.

Segundo os técnicos do IAP, “não foi possível identificar a metodologia usada para o cálculo dos Índices – Fator Ambiental por biodiversidade dos anos anteriores (2018 e 2019). Simulações e estudos apontam que poderiam estar em desconformidade, haja vista a aplicação das fórmulas previstas pela legislação vigente”. Além disso, a análise indica que “o cálculo realizado pelo ano anterior pode não ter representado o resultado esperado pela aplicação da fórmula” e “observou-se grande disparidade com o exercício anterior”. Municípios que criaram novas unidades de conservação, portanto, ficariam sem o reajuste no repasse.

“Os cálculos vigentes em 2019 apresentam sérias inconsistências devido a áreas inexistentes, áreas com território equivocado e falta de avaliações qualitativas”, continuam os relatórios técnicos. “Cabe ressaltar ainda, que o Comitê Técnico-Científico e a equipe técnica (...) já se manifestaram formalmente sobre a ilegalidade e consequências negativas ao projeto devido à repetição para 2020 do



O Parque Estadual Pico do Marumbi, na Serra do Mar, é uma das 46 unidades de conservação do litoral do Paraná. Crédito: Divulgação

fator ambiental calculado em 2018 e vigente em 2019”, completa o relatório.

Conforme consta no documento expedido pela promotoria, no Paraná foram cadastradas 31 novas unidades de conservação. “Os municípios que criaram novas Unidades de Conservação não receberão o ICMS Ecológico em 2020. Vários municípios criaram novas UCs de grande valor ecológico”, detalha o Ministério Público.

CRÍTICAS

Especialistas ligados à área ambiental estão preocupados com o impacto da utilização dos dados manipulados para realizar o repasse do ICMS Ecológico. “Dessa forma, municípios que precisam do repasse ficarão sem receber os valores corretos. Isso é desigual e prejudica as ações de conservação da biodiversidade”, ressalta o diretor-executivo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), Clóvis Borges.

Para Giem Guimarães, diretor-executivo do Observatório de Justiça e Conservação (OJC), essa prática de usar dados antigos e suspeitos gera muitas suspeitas. “É um absurdo o que está acontecendo. Muitas prefeituras que não cumprem a determinação da lei podem estar recebendo esse recurso de forma ilegal e outras que precisam estão sendo impostas a sérios danos ao erário público”, salienta.

OUTRO LADO

O Secretário Estadual de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Marcio Nunes (PSD), afirma que, em janeiro do ano passado, foi criado um grupo técnico dentro da pasta para analisar o repasse do ICMS Ecológico. Segundo ele, esse grupo realmente descobriu inconsistências no repasse. Mas, ele afirma que não é possível alterar os valores de 2020 devido a uma votação na Assembleia Legislativa que determinou que os novos índices para repassar a verba só valerão daqui a dois anos.

“A Assembleia passou uma lei dizendo que os índices desse ano só valerão para daqui dois anos. Teremos um tempo grande para discutir os índices e fazer a coisa de maneira correta. Temos que achar o índice correto para pagar para aqueles municípios que preservaram o meio ambiente”, afirma. A Secretaria aponta ainda que os índices do ICMS Ecológico estão dentro do que determina a Lei.

Confira os repasses que deixarão de ser feitos a municípios do litoral do Paraná:

Município	Quanto deixa de receber (R\$)
Antonina	934.556,13
Guaraqueçaba	706.000,00
Guaratuba	759.207,72
Morretes	1.632.320,79
Paranaguá	672.310,40

O QUE OS CÁLCULOS DO ICMS ECOLÓGICO ENGLOBALAM?



Como funciona a distribuição do ICMS Ecológico?

O ICMS Ecológico corresponde a 5% do ICMS, que deve ser dividido em partes iguais entre os municípios que tenham mananciais para preservar e as cidades que abrigam unidades de conservação, terras indígenas, reservas particulares do Patrimônio Natural, Faxinais e reservas florestais legais.

Mudança no Fema coloca conservação ambiental no Paraná em xeque

Alteração na lei ocorre em um momento em que o Governo do Paraná está para receber quase R\$ 1 bilhão de multas e acordos por danos ambientais. Esse valor seria obrigatoriamente destinado ao Fema, mas, com a abertura na legislação, o montante corre o risco de ser direcionado a obras de infraestrutura

As ações para conservação ambiental no Paraná estão em xeque. O projeto de lei – 577/2018, apresentado pelo deputado estadual Tião Medeiros (PTB), alterou por completo a destinação dos recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema). A partir de agora, o governo do Estado poderá usar o dinheiro para a realização de obras, trapiches, ampliação de parques públicos urbanos, além de custear fóruns e seminários, por exemplo. Isso coloca em risco a realização de quaisquer políticas públicas voltadas à preservação da natureza e da biodiversidade em todo o território estadual.

Dessa forma, o montante arrecadado por meio de multas ambientais e também mediante decisões judiciais referentes a pagamentos por danos à natureza não será mais aplicado somente em projetos de recuperação, conservação e fiscalização ambiental, como determinava, até então, a lei estadual.

O projeto que foi aprovado em dezembro de 2019 pela Assembleia Legislativa do Paraná é de autoria do Poder Executivo do Paraná, ou seja, a iniciativa partiu do governador Ratinho Júnior (PSD) e do secretário estadual de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Marcio Nunes (PSD).

Anualmente, o Fema arrecada cerca de R\$ 10 milhões. Desse valor, uma parte é destinada ao Batalhão Ambiental, a fim de dar suporte ao trabalho dos policiais da Força Ambiental, além de contribuir com a manutenção do sistema de gestão ambiental da Celepar, com as estações de monitoramento da qualidade do ar e com parcerias firmadas com a Universidade Federal do Paraná.

A mudança na lei ocorre em um momento em que o Governo do Paraná está para receber quase R\$ 1 bilhão de multas e acordos – sendo cerca de R\$ 600 milhões de multas da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) e mais R\$ 300 milhões da Sanepar. Esse valor, seria, obrigatoriamente, destinado ao Fema. Mas, com a abertura na legislação, o montante corre o risco de não ser totalmente destinado à conservação e à preservação da natureza.

“Historicamente, sempre houve carência de recursos no setor de conservação do meio ambiente. Essa mudança deixa tudo ainda pior. E surge bem no momento em que o governo es-



Saíra-Preciosa - Tangara Preciosa. Crédito: Zig Koch

pera receber esse valor de multas. Dá para estranhar muito isso. Com esse montante, é possível reestruturar todo o Instituto Ambiental do Paraná (IAP, por exemplo”, afirma o diretor-executivo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), Clóvis Borges.

ESCÂNDALO

A alteração na lei do Fundo Estadual do Meio Ambiente preocupa pessoas. O diretor-executivo do Observatório de Justiça e Conservação (OJC), Giem Guimarães, aponta que é necessário reverter essa situação urgentemente por um caminho judicial. “Isso é um verdadeiro escândalo. O que eles querem é colocar a mão no dinheiro das multas da Repar. Precisamos buscar mecanismos legais para que a destinação do Fema seja aplicada, de fato, ao que deveria ser”, ressalta.

Giem lembra que desvirtuar dinheiro público que deveria ser para conservação da natureza é prática histórica. Como exemplo, ele recorda da controversa decisão judicial que livrou a em-

presa Cattalini de pagar uma multa de R\$ 50 milhões pela explosão de um navio em Paranaguá. Uma decisão judicial de 8 de abril de 2019 considerou que a construção de um aquário de R\$ 5 milhões em Paranaguá abolia a empresa da multa. O valor do aquário é equivalente a cerca de 10% da multa originalmente determinada pelas autoridades ambientais e é fruto de um acordo questionado pelo Ministério Público. O navio Vicuña explodiu na entrada do porto em novembro de 2004, matando quatro pessoas e derramando quantidades gigantescas de poluentes na Baía de Paranaguá.

DESDE 2000

No Estado do Paraná, o Fundo Estadual do Meio Ambiente foi instituído pela Lei Estadual nº 12.945, de 05 de setembro de 2000, e regulamentado via decreto em dezembro de 2000. Originalmente, o Fema tinha a “finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente”.

DEBATES E EMBATES

O projeto de lei para alterar o Fema foi apresentado em 2018 pelo deputado estadual Tião Medeiros (PTB). Durante a tramitação, o entendimento foi de que ele precisaria ser uma proposição do Executivo, que enviou o projeto de lei mantendo o mesmo teor da proposta original redigida por Medeiros.

O projeto foi questionado, inclusive pelo Ministério Público, que, ao analisar o projeto original (leia mais abaixo) avaliou que poderia resultar em desvio de finalidade do uso dos recursos do órgão. O MP encaminhou, então, uma manifestação oficial à Comissão de Meio Ambiente da Assembleia. O documento serviu de base, inclusive, para que a comissão aprovasse parecer contrário ao projeto. No entanto, as comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação aprovaram o projeto. “O referido projeto de lei não respeita as disposições legais específicas acerca da destinação dos valores para proteção da tutela ambiental”, apontou o Ministério Público, em parecer assinado pela promotora Priscila da Mata Cavalcante, que ainda apontou “nítida a ilegalidade e a inconstitucionalidade do Projeto de Lei”. “O patrimônio público ambiental não é apenas dos moradores da região geográfica onde ele se encontra, mas sim Patrimônio Natural da Humanidade, e deve ser protegido como espaço público”, escreveu a promotora.

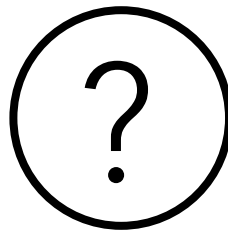
Em meio ao trâmite do projeto, também foram realizadas audiências sobre o tema no Conselho Estadual do Meio Ambiente.

Um grupo de pesquisadores e ambientalistas apresentaram propostas para alterar o projeto de lei. “Mas não houve nenhum debate público sobre as nossas considerações. O governo, simplesmente, não quis escutar”, disse o diretor-executivo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), Clóvis Borges.

EMENDA ‘INSUFICIENTE’

Como o governo conta com a maioria da bancada dos parlamentares na Assembleia, a chance de o projeto original passar era – como se mostrou – certa. O presidente da comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais, deputado Goura (PDT), articulou uma negociação com a liderança do governo para apresentar duas emendas no intuito de minimizar a mudança na lei. Uma delas foi aprovada. Mesmo assim, a medida foi insuficiente para evitar danos ao meio ambiente, como apontam ambientalistas.

“A emenda aprovada foi resultado de ampla discussão com diversas entidades da sociedade civil ligadas à preservação



O QUE É O FEMA?

Os recursos que compõem o **Fundo Estadual do Meio Ambiente**, conforme a legislação são, em sua maioria:

- Dotações orçamentárias do Estado;
- Dotações orçamentárias da União e dos Municípios;
- Produto das multas administrativas e sanções judiciais por infrações às normas ambientais;
- Recursos provenientes de ajuda e/ou cooperação internacional e de acordos entre Governos na área ambiental;
- Receitas resultantes de doações.

A legislação que criou o Fema em 2000, aponta também que os recursos serão depositados, em instituição financeira oficial do Estado, em conta, própria, denominada “Fundo Estadual do Meio Ambiente – Fema”.

do Meio Ambiente, contemplando igualmente as considerações do Centro de Apoio das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo (CAOPMAHU) do Ministério Público do Paraná, encaminhadas em parecer enviado à Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais”, explicou Goura, por meio da assessoria de imprensa.

A emenda assinada por Goura conseguiu dar nova redação a trechos do projeto de lei. O uso do dinheiro para acessos fluviais e marítimos só será possível quando “houver interesse social ou utilidade pública”. Já o dinheiro pode ir para restauração de áreas degradadas, “salvo casos em que a responsabilidade seja do titular da área ou do causador do dano”.

O trecho que tratava da possibilidade de realizar “obras de saneamento, construção, reformas e melhorias de aterros sanitários” passou a ser atrelado ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e “saneamento ambiental”. Incluiu, ainda, que parte do dinheiro possa ser destinado para “apoio a cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”.

Todavia, apesar do esforço de Goura, a mudança da destinação dos recursos arrecadas pelo Fema desvirtua a finalidade original do Fundo. “Apesar dos esforços, minimizando algumas falhas, a alteração não foi suficiente para que tivéssemos uma lei que reforçasse o uso dos recursos apenas para a área ambiental”, conclui Clóvis Borges. “A emenda apresentada e votada não foi capaz de evitar que a finalidade do Fundo fosse distorcida”, reforça Giem Guimarães, do Observatório de Justiça e Conservação.



Recursos do Fundo de Meio Ambiente não serão mais direcionados a projetos de recuperação, conservação e fiscalização ambiental
Crédito: Zig Koch

FOTOGRAFIA

Estudo de borboletas em Curitiba surpreende pela variedade de espécies

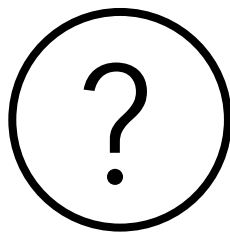
CIDADANIA



Um belíssimo exemplo de camuflagem, a borboleta imita com perfeição uma folha vegetal seca. *Zaretis strigosus* (Gmelin, 1790). Crédito: Maristela Zamoner

A bióloga curitibana Maristela Zamoner é referência nacional em “lepidópteros”, a ordem de insetos que inclui as borboletas e mariposas. Ao analisar as matas da Grande Curitiba, ela chegou a uma conclusão surpreendente. Estamos subestimando a biodiversidade de borboletas, afinal, em pouco mais de um ano, foram registradas 410 espécies em apenas três pontos de estudo na capital! Com a participação da população, tirando fotos, o total subiu para 520. Em todo o Estado foram registradas 578 espécies e no Brasil, 1473.

Os resultados estão hospedados no portal internacional de mapeamento da biodiversidade iNaturalist, mantido pela Academia de Ciências da Califórnia com o apoio da revista National Geographic. Podem contribuir com a inclusão de fotos



SABIA QUE...

40% dos insetos de todo o planeta, como as borboletas, podem ser extintos nas próximas décadas?

A pesquisa foi publicada em janeiro de 2019 no periódico científico Biological Conservation. Segundo o estudo, entre as principais causas para a ameaça é a agricultura, com uso de pesticidas, a perda do habitat com a urbanização e as mudanças climáticas.

das diferentes espécies avistadas, fotógrafos de natureza, estudantes, professores, pesquisadores, consultores ambientais, profissionais de borboletários e a interessados em geral.

A rotina da pesquisadora inclui décadas de acompanhamento do comportamento desses animais em diferentes pontos, como a unidade de conservação do Jardim Botânico da cidade e em outras reservas, como o bosque do Capão da Imbuia, a propriedade da família dela, em Quatro Barras, e a chácara de seu marido, Deni Schwartz Filho, em Campina Grande do Sul, que, após muitos anos de exploração agrícola, foi recuperada por ele com plantio de espécies da Floresta com Araucária. O principal desafio



Suas fases jovens consomem folhas de maracujá. *Heliconius erato phyllis* (Fabricius, 1775).



Vistosa, uma das mais comuns da família Papilionidae em Curitiba. *Pterourus scamander grayi* (Boisduval, 1836).



Distribuição ampla, do sul dos EUA até o norte da Argentina. *Hypanartia lethe lethe* (Fabricius, 1793).



Prepona-deiphile-deiphile. Crédito: Divulgação Legado das Águas.

BORBOLETA RARA É REGISTRADA NA MAIOR RESERVA PRIVADA DE MATA ATLÂNTICA DO PAÍS

A espécie está ameaçada de extinção e só existem três registros no estado de São Paulo.

O registro da espécie *Prepona deiphile deiphile* foi feito pela bióloga Laura Braga, dentro do Legado das Águas, reserva particular de 31 mil hectares, localizada no Vale do Ribeira, em São Paulo.

A floresta de alto grau de conservação é berçário e refúgio para espécies raras e ameaçadas de extinção. Há possibilidade de existir mais borboletas como essa, pois são difíceis de serem avistadas porque se alimentam de frutas fermentadas e vivem na copa de árvores muito altas.

O Legado iniciou o levantamento de borboletas no Vale do Ribeira, em 2016, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo e a empresa Votorantin. Até o momento, foram registradas 226 espécies na área.

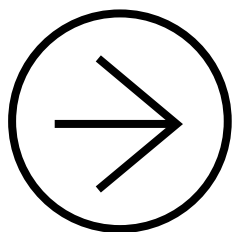
de Maristela era estudar as borboletas sem sacrificá-las, conhecendo esses animais em vida e não em morte.

“A gente vem de uma história com biólogos de séculos anteriores em que o conhecimento foi construído, basicamente, por meio das coletas. E esse conhecimento foi muito importante para que pudéssemos descobrir as características das borboletas. Mas a partir do momento em que começamos a desenvolver novas tecnologias, é possível abrir os olhos para formas diferentes de se conhecer essa biodiversidade”. diz Maristela.

As borboletas são responsáveis pela produção de comida, graças aos serviços ecossistêmicos que oferecem, como a polinização de 75% das plantações de todo mundo. Também são bioindicadores da qualidade ambiental, servem de alimento para pássaros e outros animais, reabastecem o solo, mantendo o equilíbrio de todo o planeta, contribuindo para a sobrevivência dos seres humanos.



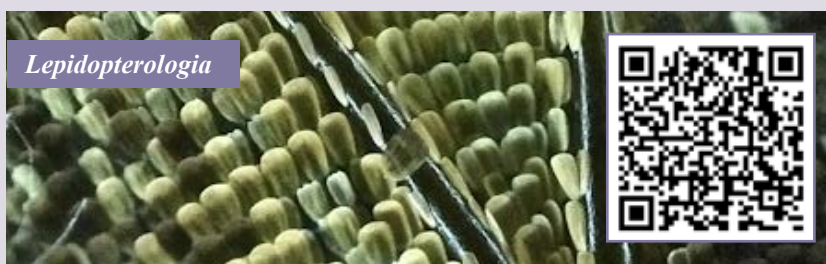
As asas transparentes são raras dentro as espécies da família Riodinidae, que inclui as borboletas marcas de metal. *Chorinea licursis* (Fabricius, 1775).



OBSERVAÇÃO DE BORBOLETAS

Também conhecida como *butterfly watching*, ou *butterflying*, ganha mais adeptos a cada dia. A atividade permite um contato maior com a natureza e traz vários benefícios à saúde mental, física e espiritual. Do ponto de vista profissional, entender o comportamento desses insetos é importante para compreender seu papel no ciclo de vida de todo um ecossistema. As borboletas são excelentes bioindicadores, seres que revelam condições ou desequilíbrios ambientais, além de cumprir papel fundamental na polinização e como sustentáculo da cadeia de várias outras espécies.

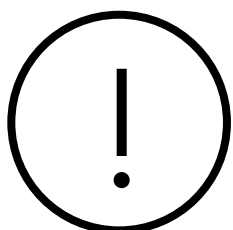
Quer ler mais sobre Observação de Borboletas e as espécies encontradas em Curitiba? Escaneie os QR Codes para ter acesso gratuito aos livros!



Mortes de macacos por febre amarela indicam que o vírus se espalha pelo PR

Os macacos não transmitem a doença, mas são sentinelas e avisam quando o vírus está próximo

A Secretaria Estadual de Saúde confirmou novas mortes de macacos no Paraná no fim de janeiro de 2020. O número de macacos mortos pela doença chega a 53 desde que o monitoramento começou, em julho do ano passado, até o dia 13 de fevereiro. Há outros 19 casos em investigação. As novas confirmações foram em Antônio Olinto e na Região Metropolitana de Curitiba, nos municípios de Piên, Lapa e Araucária que até o momento não tinham registros. O monitoramento alerta que o vírus está circulando próximo a áreas urbanas. O Ministério da Saúde emitiu um alerta de que o Brasil está em risco de ter uma nova epidemia de febre amarela, devido ao grande número de primatas encontrados mortos nas regiões Sul e Sudeste do país.



FEBRE AMARELA



SINTOMAS

As primeiras manifestações da doença são repentinas: febre alta, calafrios, cansaço, dor de cabeça, dor muscular, náuseas e vômitos por cerca de três dias.

A forma mais grave da doença é rara e costuma aparecer após um breve período de bem-estar (até dois dias). A pessoa infectada pode apresentar insuficiências hepática e renal, icterícia (olhos e pele amarelados), manifestações hemorrágicas e cansaço, sintomas que podem resultar em morte num período de sete a dez dias.

A maioria dos infectados se recupera bem e adquire imunização permanente contra o vírus.

DIAGNÓSTICO

A febre amarela é difícil de diagnosticar e o diagnóstico muitas vezes é baseado nas características clínicas do paciente, nos locais e datas de viagens (se o paciente é de um país ou área não endêmica), nas atividades e na história epidemiológica do local onde a infecção ocorreu.

Geralmente, o diagnóstico por laboratório é realizado por meio de testes para detecção de anticorpos específicos. Às vezes, o vírus pode ser encontrado em amostras de sangue coletadas no estágio inicial da doença. Os resultados dos testes estão normalmente disponíveis entre quatro e 14 dias após o recebimento da amostra.

TRATAMENTO

Não há um medicamento antiviral específico para a febre amarela, mas tratamentos contra desidratação, febre e falência do fígado e do rim trazem melhoras.

CUIDADO COM O MOSQUITO!

Na transmissão urbana da febre amarela, a prevenção deve ser feita evitando a disseminação do *Aedes aegypti*. Os mosquitos se reproduzem em água parada, como caixas d'água, latas e pneus, são ambientes ideais para que a fêmea do mosquito deposite seus ovos. Portanto, deve-se evitar o acúmulo de água parada em recipientes destampados.



A febre amarela está no Calendário Nacional de vacinação e apenas uma dose garante a imunidade por toda a vida. Crédito: Sesa

Os macacos não transmitem a doença para as pessoas, pelo contrário, são as primeiras vítimas, e servem como sentinelas avisando quando o vírus está chegando e protegendo a população. A transmissão é feita apenas pelo mosquito contaminado, principalmente o *Aedes aegypti*, responsável também por transmitir a Zika, a dengue e a chikungunya. O infectologista da

Fiocruz, Rivaldo Venâncio, reforça que é imprescindível a presença de mosquitos infectados agindo como vetores para que haja transmissão: “Não há transmissão de primata para ser humano, ou de ser humano para ser humano. Se não houvesse esses macacos, só iríamos ser avisados sobre a circulação do vírus quando pessoas ficassem doentes e morressem”, explica o infectologista.

VACINA GRATUITA

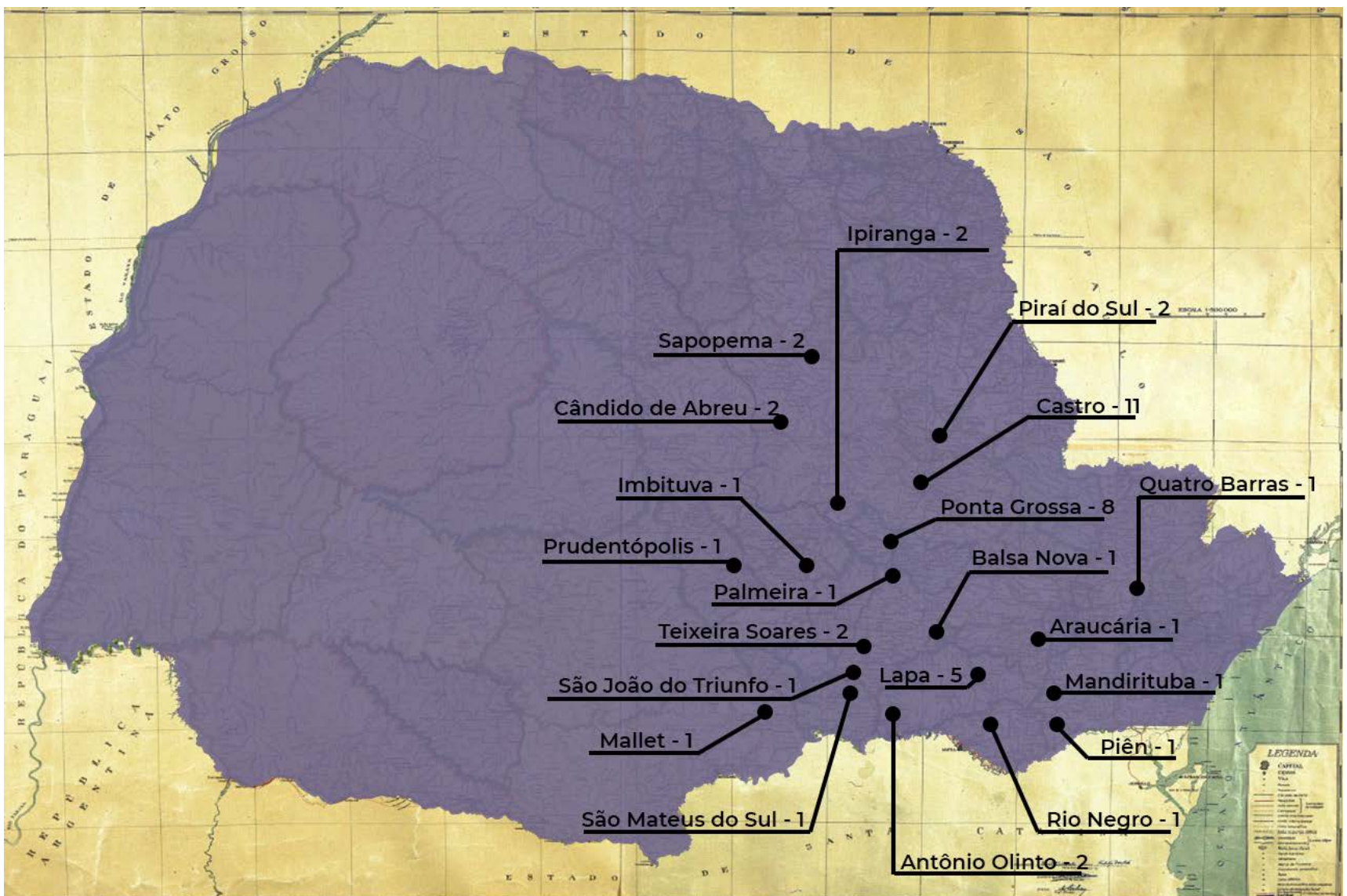
A prevenção é fundamental e deve ser feita pela vacina, disponível gratuitamente nas unidades de saúde. Todo o Estado está em área com recomendação de vacinação contra a febre amarela. A preocupação maior é com quem frequenta a área rural, mesmo que esporadicamente.

No caso das crianças, a vacina contra a febre amarela está prevista no calendário (em duas doses). Em adultos, uma dose única protege por toda a vida. Quem não sabe se tomou deve buscar orientação na unidade básica de saúde. Após a vacina, o organismo leva dez dias para criar imunidade. Para gestantes, mulheres que amamentam, crianças até nove meses de idade, adultos maiores de 60 anos, pessoas com alergia grave a ovo ou imunodeprimidos, a recomendação é que só sejam vacinados com a avaliação de um profissional de saúde.

“É necessário que a população procure as Unidades Básicas de Saúde (SUS) para se vacinar, pois a imunização é a única maneira de prevenir a doença, que em alguns casos pode levar à morte”, afirma o secretário estadual da Saúde, Beto Preto.

Por enquanto, o Paraná não conta com casos confirmados de febre amarela em pessoas, mas outros estados brasileiros já registraram indivíduos infectados e até mortes pela doença.

CIDADES COM REGISTROS DE MACACOS MORTOS POR FEBRE AMARELA



Quando o Paraná ardeu em chamas

Era agosto de 1963. Uma queda da temperatura provocou fortes geadas que deixaram o campo seco. Como era de costume, lavradores fizeram pequenas queimadas para “limpar” o terreno. No entanto, a estiagem da época estava fora do comum, o que fez com que as chamas se alastrassem com facilidade, causando um dos mais violentos incêndios da história do Brasil



Fotos do livro “Incêndios Florestais – Controle, Efeitos e Uso do Fogo” mostram drama vivido pela população paranaense. Crédito: Reprodução

A Austrália, com mais de um bilhão de animais mortos. A Amazônia, com mais de sete milhões de hectares queimados, segundo dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Prejuízos ambientais, sociais e econômicos incalculáveis.

Entre o fim de 2019 e o início de 2020, esses locais arderam em chamas. Queimadas chocantes e cenas tristemente inesquecíveis que rememoram um drama parecido já vivido pelo Paraná.

O ano era 1963. Pelo menos, 110 pessoas morreram em decorrência de uma estiagem prolongada seguida de um enorme incêndio que cobriu o Estado por gigantescas cortinas de fogo.

Os incêndios atingiram 128 cidades do Paraná e destruíram nada menos que 10% do território paranaense. Milhares de pessoas ficaram feridas, desalojadas e desabrigadas.

Era agosto. Uma queda da temperatura provocou fortes geadas, que deixaram

o campo extremamente seco. Como era de costume, lavradores fizeram pequenas queimadas para “limpar” o terreno. No entanto, a estiagem da época estava fora do comum, o que fez com que as chamas se alastrassem com facilidade e muita rapidez a outras localidades.

O resultado foi um dos piores incêndios de que se teve notícias no Brasil até hoje. Um dos maiores do mundo. Ao todo, 128 cidades – principalmente das regiões norte, central e dos Campos Gerais – foram

Previsão do Tempo: Tempo bom, névoa seca. Temperatura estável. Ventos de Este a Norte fracos. Mínima: 12,8. Máxima: 23,2.

GAZETA DO POVO

Ano XLV - Curitiba - Paraná
Quarta-feira, 28 de Agosto de 1963
Número 13.287
2 seções - 14 páginas - Cr\$ 15,00

Estado de calamidade pública no Paraná

Tropas vietnamitas têm ordem de atirar contra manifestantes

Saigon, 27 (AFP) — Mediante comunicado militar datado de 26 de agosto, e, somente hoje, publicado, o General Tan Thai, Governador Militar desta capital, ordenou a todas as forças do governo encarregadas de manter a segurança da cidade, abrirem fogo contra qualquer tropa de manifestantes agitados que perturbarem o estado de sítio. “Que nossos compatriotas guardem um sangue frio, sua clarividência e permaneçam como melhores homens e critiquem qualquer infração da Lei Nacional, a que poderá ter sérias consequências”, completa o comunicado.

REUNIAO
SECRETÁ
Saigon, 27 (DPA) — Em sessão de emergência política convocada no Vietnã do Sul, o líder revolucionário norte-vietnamita, Cabá Lon, conferenciou hoje duas horas com o chefe da polícia vietnamita, Nguyen Dinh Nhon, ministro do Interior do país, Ngo Dinh Diem. Não se sabe desta reunião. Segundo fontes norte-vietnamitas, a reunião teve por objetivo discutir a situação política e as medidas a serem tomadas para evitar a deterioração da situação política.

hou deitar o país para assistir uma perseguição religiosa histórica na Índia.

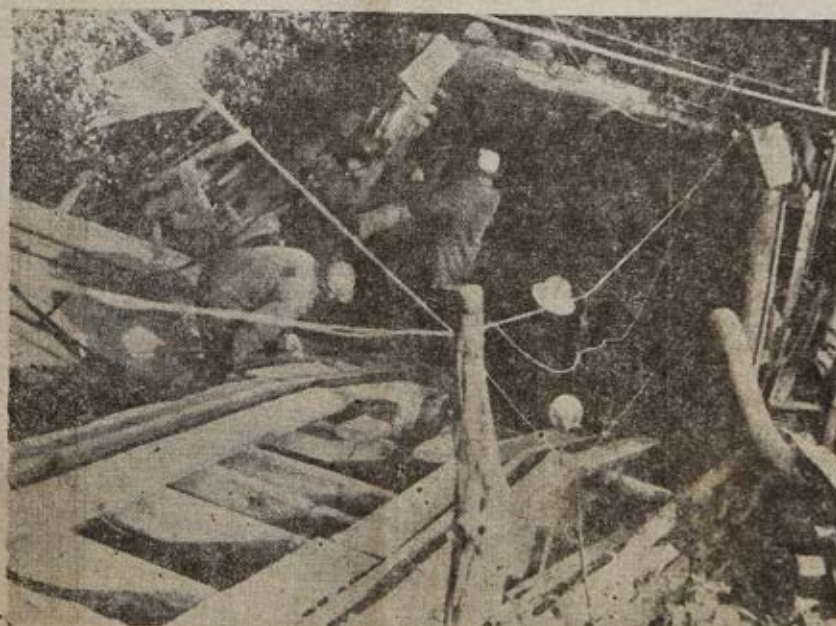
PLEITO

TOQUIO, 27 (ANSA) — Foi anunciado oficialmente em Saigon esta manhã que, devido à situação no Vietnã do Sul, o pleito eleitoral previsto para o dia 31 de agosto foi adiado para o dia 15 de setembro. Enquanto isso, continuam fechados todos os colégios e universidades. Segundo fontes indíquias, milhares de estudantes foram presos nos últimos dias e interrogados num campo militar, onde foram obrigados a fazer o juramento de fidelidade ao governo.

CONDENACOES

HANOI, 27 (DPA) — A agência de notícias do Vietnã do Norte comunista anunciou hoje que dois criminosos de guerra foram executados por crimes cometidos durante a guerra. Os dois criminosos foram executados por crimes cometidos durante a guerra. Os dois criminosos foram executados por crimes cometidos durante a guerra.

MINEIROS FORAM RETIRADOS



HAZELTON, Pennsylvania — Os dois mineiros que permaneceram 14 dias soterrados em uma mina de carvão de Pennsylvania, a 120 metros de profundidade, foram retirados na madrugada de ontem após e salvos à luz do dia. Os dois mineiros são Henry Thron, de 28 anos de idade, e David Fellin, com 58 anos de idade. Fellin permitiu

que seu companheiro saísse primeiro “por ter toda vida diante dele”. Na foto o túnel pelo qual os mineiros foram retirados. Um terceiro mineiro que se encontra soterrado em local separado, não dá mais sinal de vida, acreditando-se que esteja morto. (Foto da UPI)

As bancadas do PTN, PTK, PDC, PEP e UDN, na Assembleia Legislativa, apresentaram, hoje, resolução pela qual é declarado estado de calamidade pública em todo o território paranaense. A proposição, já redigida, afirma que o Estado vive, atualmente, um dos seus mais dramáticos momentos e a mais grave crise desde a Federação. A situação de calamidade foi motivada pela estiagem e, simultaneamente, pelos incêndios que estão destruindo as lavouras de café e cereais, além de matar. Em consequência, milhares de trabalhadores rurais estão sem trabalho, provocando êxodo dos homens do campo para a cidade. Não existem, inclusive, condições de vida na região norte e central, impedindo a saída de milhares de pessoas. As últimas informações sobre a situação, dão conta que embora as chuvas que caíram no fim da última semana, o fogo continua em algumas regiões, diminuindo a produção, deixando as desabrigadas milhares de pessoas. O Conselho Especial designado pelo presidente da República, para deliberar das medidas a serem tomadas para assistir os lavradores, reunirá-se, amanhã, tomando importantes resoluções. (Maiores detalhes na 2ª e 3ª páginas.)

Brasil amplia vendas de café e conquista novos consumidores

BRASÍLIA, 27 (G.P. - Tribuna) — O problema da comercialização do café será discutido em Brasília pelo sr. Nelson Maculan, presidente do IBC, com os ministros da Fazenda e Indústria e Comércio. Informou o sr. Maculan que o Brasil está ampliando suas vendas de café e conquistando novos mercados. Até fins de outubro, exportaremos, toda a nossa quota no mercado mundial, num total de 15 milhões de sacos.

INCENDIOS
AGRAVAM
S. PAULO — O presidente da Associação Comercial de Santos regressou de Paraná, afirmando que os prejuízos nos cafezais daquele Estado foram agravados pelas recentes geadas e pelos incêndios que a estiagem tem provocado. De acordo com o sr. Maculan, que informou que desde maio deste ano estava o preço do café como moeda, para a troca por outros produtos, numa troca pela qual previu a exportação. Disse que sua opinião mudou sempre no IBC, ao qual pretende voltar imediatamente, quando os produtores de café, de outras regiões, estiverem reunidos.



Fotos do livro “Incêndios Florestais – Controle, Efeitos e Uso do Fogo” mostram drama vivido pela população paranaense. Crédito: Reprodução

afetadas. Dois milhões de hectares foram devastados pelo fogo, que perdurou até meados de setembro.

Foram destruídos 20 mil de hectares de plantações, 500 mil de florestas nativas e 1,5 milhão de campos e matas secundárias. Aproximadamente oito mil imóveis – entre casas, galpões e silos – viraram cinzas. Cerca de 5,7 mil famílias (a grande maioria formada por trabalhadores rurais) ficaram desabrigadas. Tratores, equipamentos agrícolas e incontáveis veículos foram atingidos pelas chamas. O Paraná estava em flagelos.

Em 14 de agosto de 1963, foram noticiados os primeiros focos de fogo em Guaravera, Paiquerê e Tamarana, que eram distritos de Londrina. As regiões do Paraná que mais sofreram com a tragédia foram as cidades de Ortigueira, Curiúva, Tibagi, Sapopema, Arapoti, Cândido de Abreu, Barbosa Ferraz, Telêmaco Borba, Reserva, Ivaiporã, Roncador, Palmital, Pitanga, Pirai do Sul, Castro, Ponta Grossa, Faxinal, Campo Mourão e Inajá.

As chamas se estenderam a Sengés e Jaguariaíva, o que provocou a perda de, pelo menos, 15 milhões de araucárias na região, sem contar os danos irreversíveis causados à floresta que abriga essa importante espécie ameaçada de extinção. O relatório do governo estadual da época apontou que o município de Ortigueira teve 90% da área queimada.

Mais de 70% das reservas florestais das Indústrias Klabin de Papel e Celulose, cultivadas em uma fazenda de Tibagi, se perderam. Só nesse local, 200 milhões de araucárias foram destruídas. As perdas em todo o Paraná foram, na época, calculadas em 200 milhões de cruzeiros.

AJUDA

A ajuda para combater os incêndios veio de outros estados, com a oferta de helicópteros e aviões. Cerca de quatro mil membros do Exército, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros tentavam evitar um cenário ainda pior – se é que isso ainda parecia possível. Também foram enviados ao Paraná medicamentos, ferramentas agrícolas, roupas e alimentos de diversos países, como Estados Unidos, Itália, Japão, China e Suíça. No entanto, o fim do incêndio acabou naturalmente. Foi somente com a volta da chuva – como ocorreu recentemente também na Amazônia e na Austrália – que a situação dramática passou a ficar mais controlada.

ESTADO DE CALAMIDADE

Em 28 de agosto de 1963, o governo do Paraná decretou “Estado de Calamidade Pública”. O fato foi motivado pela destruição provocada pelos incêndios e pelos problemas sociais trazidos com ele, como o alto índice de desabrigados e desempregados. A atividade agrícola na época ficou, praticamente, parada em todo o Paraná.

O governador Ney Braga chegou a contratar, em outubro daquele ano, por 300 milhões de cruzeiros, uma equipe dos Estados Unidos para auxiliar no desenvolvimento do Estado, que sofria com os efeitos da tragédia.

Os peritos norte-americanos orientaram os produtores rurais para que não fizessem mais uso de queimadas para “limpar” o terreno antes do plantio. O “dia do fogo”, promovido no dia 10 de agosto por fazendeiros do Paraná indica que, anos depois, a orientação foi desconsiderada, causando danos inimagináveis à Amazônia.

OUTROS INCÊNDIOS

O incêndio florestal registrado no Paraná é um dos maiores e com consequências mais drásticas de que já se teve notícias em todo o mundo. Segundo o livro “Incêndios florestais – controle, efeitos e uso do fogo”, dos pesquisadores Ronaldo Viana Soares e Antônio Carlos Batista, o incêndio de Peshigo, nos Estados Unidos, em 1871, foi um dos mais graves da história, matando 1,5 mil pessoas. Nos grandes incêndios de Idaho, também nos Estados Unidos, 500 mil hectares foram devastados em 1933. Um incêndio na Austrália em 1983, que atingiu 400 mil hectares, vitimou outras 75 pessoas.

Fontes:

Antonelli, Diego. Paraná: Uma História. Curitiba: Arte & Letra, 2016.

SOARES, R. V.; BATISTA, A. C. Incêndios florestais – controle, efeitos e uso do fogo, Curitiba, 2007.

Biodicionário

Pílulas de conhecimento sobre biomas e ecossistemas brasileiros que precisamos conhecer para proteger!

MATA ATLÂNTICA



Serra da Graciosa -PR
Crédito: Zig Koch

MATA ATLÂNTICA

A Mata Atlântica é um dos biomas mais ricos do mundo em diversidade de fauna e flora. Ela é composta por diferentes formações vegetais e ecossistemas associados que, sem perder certa homogeneidade, apresenta um conjunto diversificado de formações florestais. As características dos ecossistemas associados à Mata Atlântica, como Manguezal, Restinga, Floresta com Araucária e Campos Naturais, por exemplo, são resultados das variações climáticas e também do relevo dos locais em que se manifestam. A área da Mata Atlântica compreende oito bacias hidrográficas, responsáveis pelo abastecimento de 70% da população brasileira.

O bioma da Mata Atlântica ocupava, originalmente, mais de 1,3 milhões de km² em 17 estados do território brasileiro, estendendo-se por grande parte da costa do país. Porém, devido à ocupação urbana, desmatamento e atividades humanas na região, hoje resta cerca de 7% de sua cobertura original em bom estado de conservação.

Estima-se que existam na Mata Atlântica cerca de 20 mil espécies vegetais (35% das espécies existentes no Brasil, aproximadamente), incluindo diversas endêmicas (que só existem nesse bioma) e ameaçadas de extinção. Mais de 60% dos animais ameaçados de extinção no Brasil, inclusive, vivem em área de Mata Atlântica. O mico-leão-dourado integra esse grupo e virou um importante símbolo na luta pela preservação da fauna brasileira.



Piraquara - PR
Crédito: Zig Koch

CAMPOS NATURAIS



Crédito: Edilaine Dick

CAMPOS NATURAIS

No Paraná, especificamente na Região Metropolitana de Curitiba e nos Campos Gerais, o bioma da Mata Atlântica apresenta um ecossistema bem característico: os Campos Naturais, cuja vegetação é marcada por espécies rasteiras e arbustivas que crescem em solo raso. Nos campos, são conhecidas, pelo menos, 92 espécies de mamíferos, 158 espécies de répteis e 84 espécies de anfíbios. Vale salientar que o degrau entre o primeiro e o segundo planalto paranaense é circundado por campos, marcado, especificamente, pela chamada “Escarpa Devoniana”, que é uma Área de Proteção Ambiental

(APA) com mais de 392 mil hectares.

A Escarpa Devoniana se destaca por apresentar características peculiares – dado o relevo movimentado e profundamente recortado – e apresenta uma natureza diversificada com cachoeiras, cânions, afloramentos rochosos típicos e relevos em forma de ruína, furnas, cavernas, fendas e sítios arqueológicos.

Por serem ambientes abertos, a região dos campos se tornou área de conflitos em tempos passados, bem como de rota das tropas que transportavam mercadorias entre São Paulo e Rio Grande do Sul. Por isso, tornaram-se as primeiras regiões a serem cultivadas para a agricultura

Em sua distribuição original, os Campos Naturais já ocuparam 13% de todo o território paranaense, caracterizando fortemente as paisagens de maior altitude do planalto estadual. Um estudo de 2001 publicado pelo PROBIO/Araucária, no entanto, apontou que, na época, havia somente 0,24% desse ecossistema em estágio avançado de regeneração em todo estado.

Uma prática que prejudica fortemente a preservação dos campos são as queimadas constantes e o desmatamento para o plantio de monoculturas em grandes escalas e para dar lugar ao pasto, que alimenta a pecuária.

RESTINGA

Formação de Restinga - PR
Crédito: Zig Koch

RESTINGA

É o nome dado ao conjunto de dunas e areais distribuídos ao longo do litoral brasileiro e por várias partes do mundo. Geralmente, é revestida de vegetação baixa, criando variações climáticas, o que confere grande diversidade ambiental e biológica ao ecossistema. As restingas são cobertas por plantas herbáceas características. No litoral do Paraná, correm sérios riscos. Um decreto assinado pelo governador Ratinho Jr. (PSD) autorizou, em janeiro de 2020, o corte de vegetação de Restinga nos municípios de Matinhos e Guaratuba, no litoral do Estado, sem anuência de qualquer órgão ambiental, em caráter de urgência, contrariando o Código Florestal e a Lei nº 11.428/2006, que protege a Mata Atlântica, bioma do qual a Restinga faz parte. Essa formação vegetal é definida pelo Código Florestal como Área de Preservação Permanente (APP) e, por Lei, não pode ser cortada e precisa ser protegida. Além disso, as restingas têm importante função de impedir que o mar e a areia invadam empreendimentos à beira-mar, além de ser importante lar para diversas espécies, como corujas, caranguejos e tartarugas, por exemplo.

1 FILME PODCAST LIVRO

A cada edição do Justiça & Conservação, vamos indicar nesta seção diferentes sugestões de conteúdos que valem a pena conhecer!



O FILME

Lançado em 2018 no Festival de Berlim, na Alemanha, o filme “Ex-Pajé” é fundamental para entender como aconteceu o extermínio da cultura de um povo – no caso, os índios. Recentemente, o presidente Jair Bolsonaro disse que “índio é cada vez mais um ser humano como nós”. Por isso, esta reflexão é tão atual e necessária. Apesar de todos sermos humanos, as desigualdades sociais, o preconceito e a seletividade social ainda predominam em nosso país. Dirigido pelo cineasta Luiz Bolognesi, o filme gira em torno de Perpera, um antigo pajé da tribo que, após ter suas crenças demonizadas pelos colonizadores, é obrigado a se converter.

Compre ou alugue aqui: bit.ly/Ex-Pajé



O PODCAST

“Projeto Humanos” é um podcast focado em contar histórias reais de pessoas reais. Já foram publicadas quatro temporadas. São documentários em formato de áudio idealizados por Ivan Mizanzuk, em 2015, professor e escritor de Curitiba (PR). São 14 episódios que montam um mosaico de histórias sobre experiências individuais de brasileiros e refugiados que se envolveram com os recentes conflitos no Oriente Médio. A quarta e mais recente temporada conta a história do “Caso Evandro”, um dos casos criminais mais chocantes da história do Estado do Paraná e do Brasil, que ficou conhecido na época como “Bruxas de Guaratuba”.

Confira em: bit.ly/ProjetoHumanos



O LIVRO

Em “Não Verás País Nenhum”, Ignácio de Loyola Brandão nos transporta para um futuro dramático, com falta de água, aquecimento global, desaparecimento de rios e florestas. Uma cidade tomada por montanhas de lixo, corrupção, governantes medíocres e uma população alienada. A perseguição, a opressão e o autoritarismo se misturam a práticas rotineiras de violência direta contra a sociedade. A obra, publicada em 1981, recebeu em 1983 o prêmio de melhor livro do Instituto Ítalo-Latino-Americano.

“Não Verás País Nenhum” é um retrato do que podemos vir a ser e um convite para pensarmos sobre o que fazer para evitar que o cenário apresentado se torne cada vez mais real em nosso país.

Pousada e Café das Meninas

Tradição em Charme e aconchego em pura harmonia com a natureza



Praia do Farol das Conchas - Ilha do Mel, Paraná
Fone: 55 41 34268023
www.pousadadasmeninas.com.br

